

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS VILHENA  
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
Trabalho de Conclusão de Curso II - TCC

# Futuros Urbanos

ANÁLISE SOBRE O PLANEJAMENTO DE ESPAÇOS  
PARA A INFÂNCIA NA CIDADE DE VILHENA-RO

LYSANIA FRISSÉLLI F. DOS SANTOS SCHAIDA  
PRISCYLA ORIANE BRASILEIRO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS VILHENA  
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**FUTUROS URBANOS:  
ANÁLISE SOBRE O PLANEJAMENTO DE ESPAÇOS PARA A INFÂNCIA NA CIDADE DE  
VILHENA-RO**

LYSANIA FRISSÉLLI FERREIRA DOS SANTOS SCHAIDA

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Vilhena, para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista.

Orientadora: Profa. Esp. Priscyla Oriane Brasileiro

VILHENA - RONDÔNIA  
2024.2

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Schaida, Lysania Frissélli Ferreira dos Santos.  
Futuros urbanos: análise sobre o planejamento de espaços para a  
infância na cidade de Vilhena-RO / Lysania Frissélli Ferreira dos  
Santos Schaida, Vilhena-RO, 2024.  
60 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Esp<sup>a</sup>. Priscyla Oriane Brasileiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e  
Urbanismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de  
Rondônia - IFRO, Vilhena-RO, 2024.

1. Projeto urbanístico. 2. Urbanismo. 3. Crianças. 4. Plano diretor.  
I. Brasileiro, Priscyla Oriane (orient.). II. Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Rosilene Maria do Couto Marques, CRB-11/321 (Campus Vilhena)

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Na data 11/03/2025 realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulada **Futuros urbanos: análise sobre o planejamento de espaços para a infância na cidade de Vilhena - RO** apresentada pela aluna **Lysania Frissélli Ferreira dos Santos Schaida (2019105070026-9)** do Curso **Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo (Vilhena)**. Os trabalhos foram iniciados às **20:00** pelo Professor **Priscyla Oriane Brasileiro** presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Priscyla Oriane Brasileiro** (Orientadora)
- **Aurea Dayse Cosmo da Silva** (Examinadora Interna)
- **Simone Chybiak Queiroz** (Examinadora Externa)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

[X] APROVADO Nota: 98

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Priscyla Oriane Brasileiro** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

VILHENA / RO, 11/03/2025

Documento assinado eletronicamente por **Lysania Frissélli Ferreira dos Santos Schaida**, Discente, em 12/03/2025, às 09:47, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Priscyla Oriane Brasileiro**, Orientador, em 12/03/2025, às 09:32, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Aurea Dayse Cosmo da Silva**, Examinador Interno, em 12/03/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Simone Chybiak Queiroz**, Examinador Externo, em 12/03/2025, às 13:30, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

# SUMÁRIO

1. RESUMO - 9
2. INTRODUÇÃO - 12
3. REFERENCIAL TEÓRICO - 15
4. MATERIAIS E MÉTODOS - 24
5. ESTUDO DE CASOS - 27
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES - 41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS - 55
8. REFERÊNCIAS - 59
9. APÊNDICE - 60

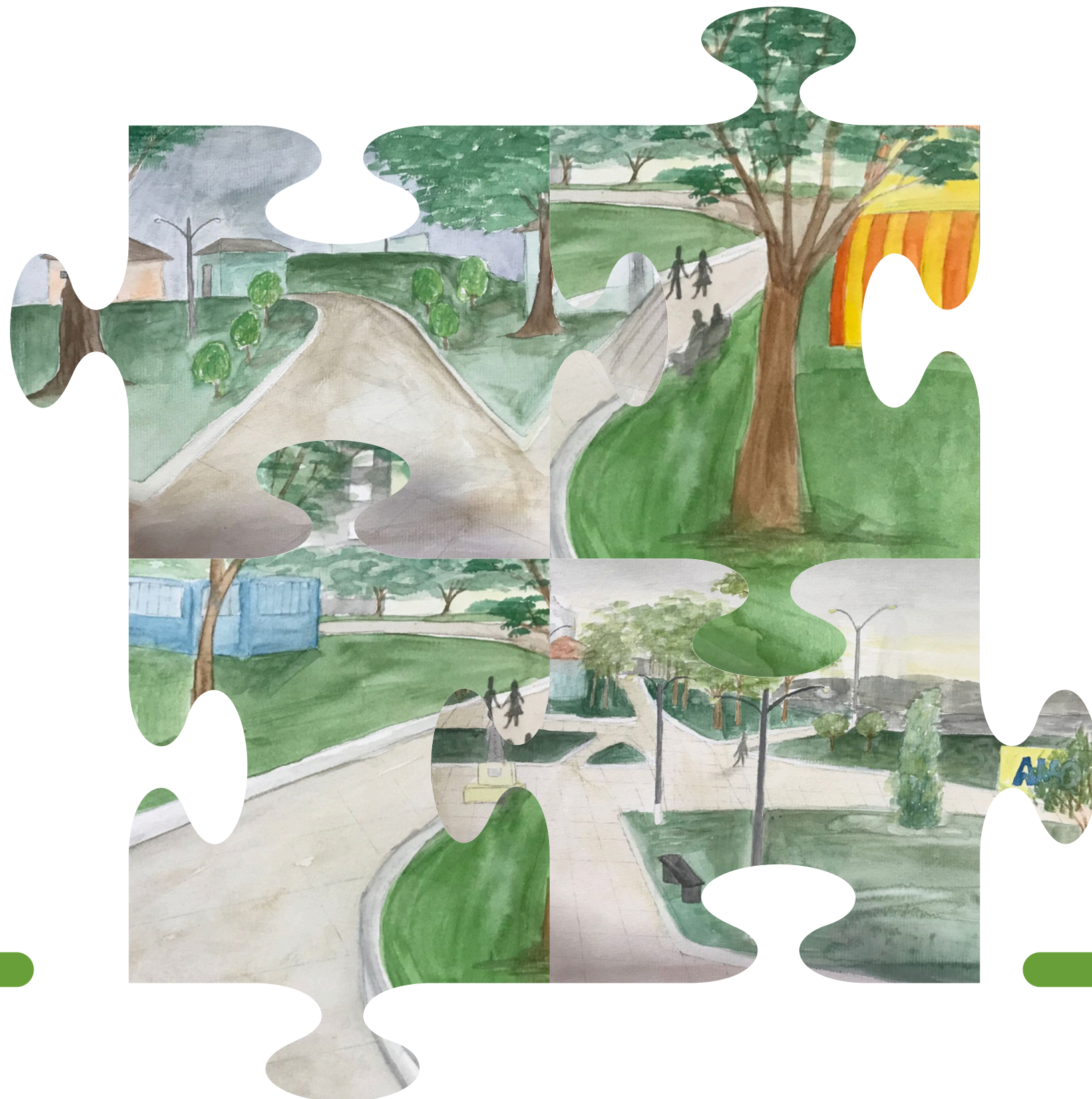


Fonte: Aquarelas de Cecília dos Santos Schaida, 2025.

# RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar um estudo sobre o planejamento urbano e a infância, visando verificar em que medida as crianças estão sendo consideradas, intencionalmente, no plano diretor urbano da cidade de Vilhena-RO e qual a repercussão desta abordagem para a sustentabilidade e visão de futuro. Para tanto, trata-se de uma pesquisa básica, descritiva e exploratória com aplicação de análise qualitativa dos materiais construídos por meio de observações, registros fotográficos e documental. O embasamento teórico sobre arquitetura e urbanismo foi delineado nos aportes de Harvey (2012), Hall (2007), Choay (2005), Gehl (2013), Rose (2019) e De Botton (2007) e para refletir sobre a sociologia da infância, apoiou-se nas obras de Sarmiento (2000, 2007) e Corsaro (2011). As análises técnicas e legais foram realizadas conforme os guias de organizações e expertise na temática. Os resultados revelam que há escassez de estudos científicos que envolvem a infância e o urbanismo, sendo pouco explorado nas universidades e principalmente na região norte do Brasil. As análises indicam ainda que há citações no texto do Plano Diretor de Vilhena-RO para o atendimento às demandas das crianças, no entanto, há indícios de que não sejam intencionais, todavia não garantem a sua efetivação. O Programa Cidade Amiga das Crianças (UNICEF, 2016) e a Organização Urban95, são apresentadas como assessorias que colaboram para superar a ausência de planejamento urbano, sobretudo priorizando as crianças. Por fim, o estudo reafirma a ideia de que municípios assumam de fato o compromisso com as próximas gerações, criando espaços urbanos com maior contato com a natureza e respeitosamente planejados para os pequenos cidadãos.

**Palavras-chave:** Projeto urbanístico, Urbanismo, Crianças, Plano Diretor.



**A criança é feita de cem.  
A criança tem cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar,  
de jogar e de falar.  
Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.  
Cem alegrias para cantar e compreender.  
Cem mundos para descobrir. Cem mundos para inventar.  
Cem mundos para sonhar.  
A criança tem cem linguagens (e depois, cem, cem, cem),  
mas roubaram-lhe noventa e nove.  
A escola e a cultura separam-lhe a cabeça do corpo.  
Dizem-lhe: de pensar sem as mãos, de fazer sem a cabeça, de escutar e de não falar,  
De compreender sem alegrias, de amar e maravilhar-se só na Páscoa e no Natal.  
Dizem-lhe: de descobrir o mundo que já existe e, de cem,  
roubaram-lhe noventa e nove.  
Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho, a realidade e a fantasia, a ciência e a imaginação,  
O céu e a terra, a razão e o sonho, são coisas que não estão juntas.  
Dizem-lhe: que as cem não existem. A criança diz: ao contrário,  
as cem existem.**

**Loris Malaguzzi\***

\*Professor italiano que criou a abordagem educativa mais tarde nomeada como “abordagem Reggio Emilia”, nome homônimo à cidade onde foi concebida. Para o educador, não só o que a criança pensa é válido, mas válidas são também as múltiplas linguagens da infância e a forma como as crianças pesquisam, produzem sentido e conhecimento.

# 1 INTRODUÇÃO

**P**ensar as cidades do futuro é essencial, especialmente quando se trata de garantir um ambiente saudável, seguro e estimulante para as crianças. Elas são os cidadãos do amanhã, e o modo como as cidades são planejadas e desenvolvidas hoje tem um impacto direto em seu bem-estar e no seu desenvolvimento. A urbanização crescente, as mudanças climáticas e os avanços tecnológicos exigem uma reflexão cuidadosa sobre como construir espaços urbanos mais inclusivos, sustentáveis e adaptados às necessidades das novas gerações.

As cidades do futuro devem ser pensadas de forma a promover a qualidade de vida das crianças, com áreas de lazer, educação e cultura acessíveis, além de um ambiente saudável, com a redução da poluição e a criação de espaços verdes. É fundamental garantir que as crianças possam crescer em ambientes que favoreçam seu desenvolvimento físico, emocional e social, em um lugar onde possam brincar, aprender e se conectar com a natureza, mas também se sentir seguras e protegidas.

Além disso, ao planejar cidades mais amigáveis para as crianças, estamos construindo um futuro mais consciente e sustentável. As escolhas feitas hoje podem criar um ciclo de melhorias, permitindo que as futuras gerações se envolvam ativamente na preservação ambiental e no design urbano, tornando-se agentes transformadores de suas próprias comunidades. Por isso, pensar nas cidades do futuro é pensar em um futuro melhor para todos.

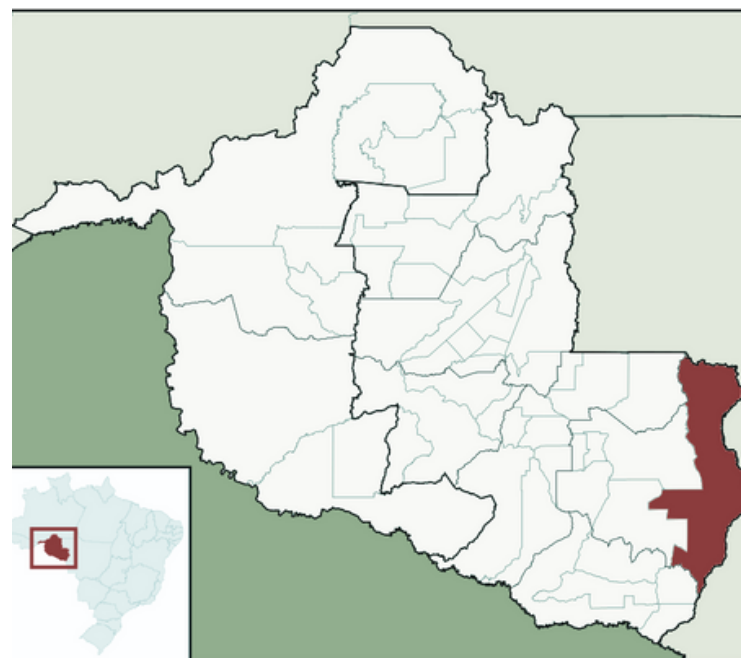
É fundamental considerar a qualidade de vida nas cidades, principalmente após a vivência de um período pandêmico que marcou a humanidade entre os anos de 2020 e 2023 (OMS, 2024). Tal qualidade de vida nas urbes pode ser mensurada por diversos índices, taxas e políticas públicas, todavia nesta investigação busca-se uma análise sobre a qualidade de vida na perspectiva das crianças.

Os dados do Censo Demográfico (2022), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o número de habitantes urbanos no Brasil perfaz 61% da população (210,03 milhões de pessoas). Há alguns anos o Brasil deixou de ser um país com predominância de habitantes rurais, passando para uma crescente urbanização. Em relação aos percentuais sobre a população brasileira de crianças, estima-se que tenhamos 35,5 milhões de crianças (pessoas de até 12 anos de idade), o que corresponde a 17,1% da população estimada no ano, de cerca de 207 milhões.

Estes números ajudam a sustentar a importância de investigações sobre as políticas públicas direcionadas para o urbanismo e a infância. Acredita-se que se as cidades forem amigáveis, acolhedoras, seguras e estimulantes para as crianças, fornecendo espaços para o brincar e o ir e vir, é muito provável que esta cidade seja um bom lugar todos viverem, incluindo os idosos, adultos, jovens, ou seja pessoas em diferentes condições de locomoção e faixa etária.

Este estudo faz parte de um trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo que objetiva investigar as políticas públicas de planejamento urbano intencionalmente pensadas para as crianças. Neste sentido propõe analisar a configuração dos espaços públicos de Vilhena - Rondônia, se estes estão atendendo as demandas e especificidades da infância.

Imagem 1: Mapa do Brasil, Rondônia e Vilhena



Fonte: IBGE, 2024.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, com análise qualitativa dos dados produzidos por meio de observação e registros fotográficos e observação, onde as análises serão consubstanciadas pelo Plano Diretor Municipal de Vilhena (2006), mapas da cidade e o guia Desenhando Ruas para Crianças (2019), em análise documental. Para melhor compreensão da dinâmica de projetos urbanísticos com enfoque na primeira infância foram realizados estudos de casos exitosos de cidades que fazem parte do Programa Cidades Amigas das Crianças (UNICEF, 2016) e Urban95, projeto vinculado à Fundação Van Leer.

A temática abordada ainda é pouco explorada na região norte do país e portanto poderá auxiliar nas pesquisas e tomadas de decisões futuras em termos de planejamento urbanístico (Vasconcelos, 2022). Além da relevância social deste estudo, o movimento vem de encontro ao desejo de unir as áreas de conhecimento da arquitetura e urbanismo (Ciências Sociais Aplicadas) e da educação (Ciências Humanas), que por sua vez estão intrinsecamente ligadas, por tratarem da importância do desenvolvimento humano, seus modos de aprender, habitar e viver, sendo matéria para uma análise sociológica, filosófica e antropológica.

Apresenta-se ao longo do texto um debate sobre políticas públicas que incluem as crianças de forma intencional e direcionadas à gestão e infraestrutura urbana, além disso apresenta-se uma análise do desenho dos espaços públicos.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como problemática compreender em que medida as crianças estão sendo consideradas intencionalmente nos planos urbanos municipais e qual a repercussão desta abordagem para a sustentabilidade e visão de futuro na cidade de Vilhena-Rondônia?

***“Se mudarmos o começo da história,  
mudamos a história toda.”***

Raf Cavoukian, O Começo da Vida

### 1.1 Explorando a problemática do planejamento futuro das cidades

Para melhor compreender a dinâmica do planejamento urbano é interessante problematizar os desafios para a construção negociada das políticas públicas para a primeira infância e implementação da governança, considerando a centralidade do ciclo orçamentário para modelagem e estabilização das políticas.

Um indicativo é apresentar a centralidade do Plano Plurianual para a implementação estável das políticas para a primeira infância, analisando os limites e possibilidades do instrumento para sua definição e execução.

Delimitar as ações necessárias para estruturação da política para a primeira infância, refletindo sobre a importância desse investimento para o desenvolvimento humano, econômico e social.

Outro ponto consiste em abordar a relevância e dinâmica de indicadores para a mensuração de resultados de desenvolvimento social, apresentando os indicadores para monitoramento e avaliação da Primeira Infância, e contextualizando o debate à luz do Marco Referencial do Nurturing Care no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS;

Uma medida que o município oportuna é apresentar modelo de programa para a primeira infância no Plano Plurianual que possa servir de referência para aplicação no município conforme suas particularidades, indicando percurso metodológico ideal para pactuação institucional e formatação técnica do programa Cidade das Crianças e Urban95.

Neste sentido, considerando tais problematizações apresenta-se como objetivo geral:

- Compreender quais as políticas públicas vigentes para o atendimento às demandas arquitetônicas e urbanísticas da criança na cidade de Vilhena-RO, configurando em uma cidade amigável às crianças e com visão de futuro.

E para alcançar este objetivo geral definimos algumas etapas e ações que permitiram concluir tal proposta, sendo eles:

- Conhecer detalhadamente o texto do plano diretor municipal de Vilhena-RO, vigente e aprovado em 2006;
- Conhecer e criar um paralelo entre planos diretores de municípios certificados como “amigo das crianças”;
- Estudar e categorizar o “Guia da Cidade Amiga da Criança” (UNICEF, 2016);
- Analisar cidades, do Brasil e do exterior, que é reconhecida como “Cidade Amiga da Criança”.
- Apontar em que aspectos é possível converter um novo plano diretor em prol da infância e desenvolvimento qualitativo dos moradores de Vilhena;
- Avaliar em que aspectos as políticas públicas do município de Vilhena prioriza a infância;

Considerando que Vilhena-RO é uma cidade em expansão emancipada em 1977, com franco desenvolvimento econômico e social (conforme imagens 2, 3 e 4), com potencial para criação e aplicação de um interessante projeto urbanístico, valorizando os elementos geográficos e naturais típicos da região norte, tal proposta de investigação visa colaborar em análise de condicionantes e tomada de decisões dos agentes públicos.

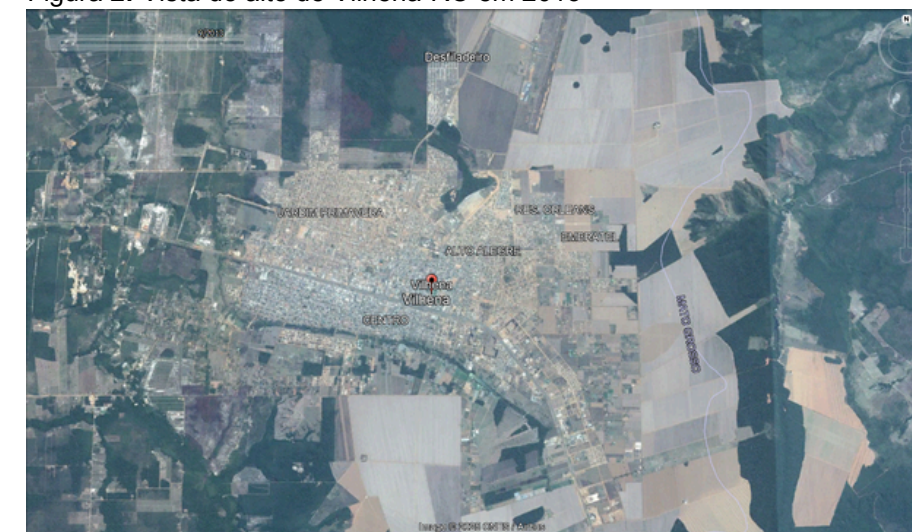
Neste estudo está presente a ideia de que pensar nas cidades do futuro é fundamental para garantir um ambiente saudável, seguro e estimulante para as crianças. Elas são os cidadãos do amanhã, e as cidades precisam ser planejadas para promover seu bem-estar, com espaços de lazer, educação e cultura acessíveis, além de um ambiente livre de poluição e com áreas verdes. Ao criar cidades mais amigáveis para as crianças, estamos também construindo um futuro sustentável e preparando as novas gerações para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

Figura 1: Vista do alto de Vilhena-RO em 1985



Fonte: Google Earth, 2025.

Figura 2: Vista do alto de Vilhena-RO em 2013



Fonte: Google Earth, 2025.

Figura 3 Vista do alto de Vilhena-RO em 2023



Fonte: Google Earth, 2025.



# 2 REFERENCIAL TEÓRICO

## 2.1 O urbanismo e as relações com o desenvolvimento infantil

Partindo do pressuposto de que a infância não deve ser vista apenas como uma fase biológica ou natural do desenvolvimento humano, mas como uma construção social e histórica. Isso significa que o conceito de infância varia de acordo com o tempo, o espaço e a cultura (Sarmiento, 1997; Corsaro, 2011).

Diante do exposto o referencial foi delineado buscando pensadores e teóricos que ajudaram a moldar a compreensão sobre como o urbanismo pode afetar o desenvolvimento das crianças, defendendo que as cidades devem ser pensadas de maneira a favorecer a criação de ambientes mais seguros, acessíveis e enriquecedores para as novas gerações.

Segundo Sarmiento (2007), o conceito de infância é ao mesmo tempo uma categoria social do tipo geracional formada por sujeitos ativos, e ao mesmo tempo são sujeitos que agem e interpretam o mundo e os diferentes espaços de convivência, produzem e alteram os padrões culturais e suas culturas constituem o mais importante aspecto de diferenciação da infância, ou seja podemos pensar em uma infância plural, com diferentes condições mas que trazem em si especificidades típicas das crianças. Sarmiento (2000, p. 156) exemplifica que:

[...] a infância não é a idade da não-fala: todas as crianças desde bebês, têm múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais) por que se expressam. A infância não é a idade da não-razão: para além da racionalidade técnico-instrumental, hegemônica na sociedade industrial, outras racionalidades se constroem, designadamente nas interações entre crianças, com a incorporação de afectos, da fantasia e da vinculação ao real.

Corroborando com este conceito a obra de Corsaro (2011) define que a sociologia da infância vincula-se à possibilidade de reconhecer as crianças como sujeitos falantes, atuantes e que vivem experiências com pontos de vista próprios sobre o mundo no qual vivem.

Neste sentido, as crianças precisam ser compreendidas não como um “vir a ser”, mas um sujeito que detém direitos, com visibilidade e representatividade social, necessitam de atenção e cuidado para que seu desenvolvimento seja pleno e saudável, refletindo assim na sociedade e no futuro das gerações.

Refletindo sobre o contexto urbano observa-se que os espaços são um bem comum, no entanto historicamente há influência hierárquica e de visibilidade para determinados grupos em detrimento de outros cidadãos, e neste contexto a criança surge como sujeito invisível, aquele que é atendido de forma indireta e sem prioridade. Logo, o conceito de “direito à cidade”, difundido por Henri Lefebvre (2001), sociólogo francês, e amplamente estudado por David Harvey (2012), indica que o direito à cidade se traduz na prática como o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade em que vivemos. Trata-se de um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.

Harvey (2012) discute como o processo de urbanização no capitalismo frequentemente desconsidera as necessidades das comunidades locais, incluindo as crianças. Ele argumenta que “as cidades devem ser para as necessidades das pessoas e não do capital” (Harvey, 2014, p. 17). Essa perspectiva enfatiza a importância de um planejamento urbano que priorize o bem-estar de todos os habitantes, especialmente os mais vulneráveis, como as crianças.

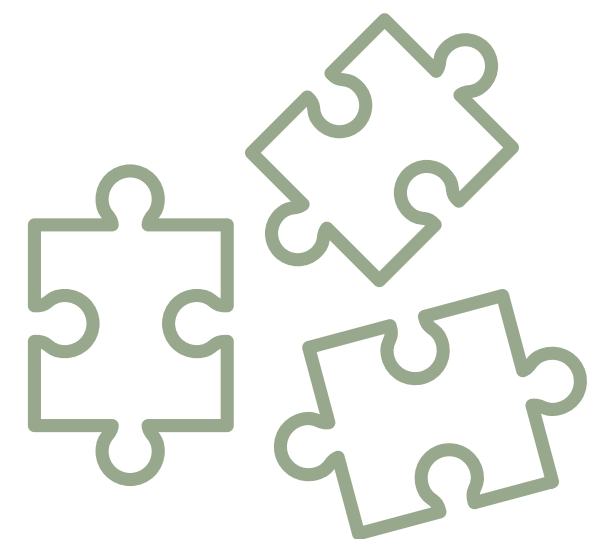
Harvey também critica a forma como o espaço urbano é produzido sob o capitalismo, destacando que “a urbanização planetária passou a ser o centro da reprodução do capital” (Harvey, 2014, p. 25). Sugerindo que o foco no crescimento econômico pode levar à negligência das necessidades sociais, incluindo aquelas relacionadas ao desenvolvimento infantil.

Os estudos de Severcan (2015, citado por Vasconcelos, 2022) indicam os principais desafios quanto aos processos participativos das crianças no que tange a organização e planejamento urbano, sendo: (I) a conceitualização negativa da infância; (II) as falsas presunções sobre quem tem interesse em planejar e a capacidade de fazer planos, (III) a falta de poder político dos jovens na tomada de decisões, (IV) a falta de habilidade e tempo dos planejadores, (V) as leis que regulam os espaços públicos e (VI) as práticas de planejamento atuais que impedem a atuação de crianças e jovens.

Nesta mesma linha de investigação encontra-se os indicativos de Agostini e Moreira (2019), pesquisadoras brasileiras, onde indicam três grandes impedimentos para efetivar a participação infantil nas pesquisas urbanísticas: (I) pesquisador assumir que as crianças são menos competentes, (II) desigualdade nas relações de poder na relação adulto-criança considerando o adulto como autoridade e (III) diferenças de comunicação entre crianças e adultos. Entretanto, a concepção de infância defendida neste estudo reitera a condição e potencial das crianças na indicação de meios para superar desafios sociais e urbanísticos, bem como criatividade e flexibilidade em suas vivências.

Corsaro (2011, p. 15) complementa esta ideia ao apontar que as crianças são agentes sociais, ativos e criativos. E a infância, esse período socialmente construído em que as crianças vivem suas vidas, é uma forma estrutural, uma categoria ou uma parte da sociedade, com classes sociais e grupos de idade. Considerando estes conceitos, é indubitável que a infância é uma etapa fundamental no desenvolvimento humano, e portanto exige prioridades nas políticas públicas.

É oportuno dizer que o direito à cidade precisa se unir aos direitos das crianças e possibilitar a superação de desafios historicamente registrados nos espaços urbanos, espaços estes que segregam, expõem ao risco, sem estímulo e sem condições de se vivenciar momentos de desenvolvimento humano. Nesta perspectiva está conectado às demandas da infância o planejamento urbano visto que é uma demanda urgente em termos de política pública efetiva.



## 2.2 Razões para investir no urbanismo priorizando as crianças

Defendemos neste estudo o conceito de urbanismo humanizado, termo criado por Jan Gehl (2013) que influenciou mudanças significativas em grandes centros urbanos. Logo, a ideia de criar espaços que priorizem as pessoas, em especial as crianças, compreendendo a cidade como uma plataforma para serem felizes, é algo que justifica ações no presente, mas com reflexos na perspectiva de futuro das cidades. A percepção de Jan Gehl (2013) denota que o planejamento urbano deve ajudar a criar cidades para as pessoas e a escala humana deve ser a prioridade. Diante disso, nosso enfoque é a escala infantil, conceber os espaços na visão das crianças.

A sociologia da infância auxilia neste sentido ao afirmar que as crianças ingressam ativamente e tornam-se participantes e colaboradores de cultura de pares locais pela primeira vez quando se movem para fora do âmbito familiar em direção à comunidade adjacente (Corsaro, 2011, p. 154).

Destarte, as crianças precisam de ambientes seguros ao ar livre, onde possam se manifestar ativamente por meio das brincadeiras e aprendizagens típicas da infância. No entanto, considerando os aspectos culturais, sociais e econômicos na atual conjuntura de nosso país é necessário considerar tais aspectos, mas não em detrimento da primeira infância, afinal dificilmente um projeto urbanístico seria traria bons resultados se evidenciar apenas um grupo específico da sociedade.

A obra de Jonathan F. P. Rose (2019, pg. 14 e 15) apresenta elementos importantes sobre a qualidade e personalidade das nossas cidades e afirma que estes pontos irão determinar o temperamento da civilização humana. O autor discute problemas espinhosos e megatendências globais que dificultam as mudanças no século XXI. Afirma que as cidades são os nodos da civilização e são os pontos de alavanca para nivelar o terreno de oportunidades e aprimorar a harmonia entre humanos e a natureza em uma época de volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade.

Rose (2019) sugere um novo urbanismo, rumo a um paradigma de planejamento mais integrado, enfim, ele imagina que a função dos urbanistas seja construir soluções manifestando a visão de uma comunidade para seu futuro em território e edificações, necessárias para tornar as cidades mais felizes, sadias e equânimes (Rose, pg.19).

É notório que existe um público ávido por soluções que sejam financeiramente viáveis e que ajudem a minimizar desafios sociais e ambientais. desenvolvimento voltado ao trânsito, construções ecológicas e crescimento inteligente. Entre as análises de Rose (2019) sobre o urbanismo atual, afirma que as cidades têm um problema em comum, ou seja elas estão fora de sincronia com a natureza e com nós mesmos, e propõe mudanças que poderiam realinhá-las.

O conceito de harmonia (Rose, 2019) integra cinco qualidades de temperamento para aumentar a adaptabilidade urbana de modo a equilibrar prosperidade e bem-estar com eficiência e equanimidade, sempre avançado rumo à completude. Dito isto, o termo cidade em harmonia se aplica de modo interessante para as respostas que esta pesquisa se propõe a discutir, visto que as demandas das crianças costumam ser entendidas como algo infantil, não prioritárias e que atrapalham os interesses na perspectiva do capital e adultocentrismo.

Retomando o conceito de cidade em harmonia, elencamos as cinco características que qualificam tal condição, sendo coerência, circularidade, resiliência, comunidade e compaixão. Cidades harmônicas serão refúgios contra a volatilidade (Rose, 2019, p.23).

A cidade em harmonia traz em si aspectos intrinsecamente ligados, por sua vez pretende-se correlacionar aos estudos de Allain De Botton, filósofo suíço, que faz interessante reflexão sobre a estética em sua obra “A arquitetura da felicidade” (2007). Apresenta a ideia de beleza na arquitetura considerando os elementos de ordem, equilíbrio, elegância, coerência e autoconhecimento. A beleza arquitetônica e urbanística não oferece respostas prontas, todavia para De Botton (2007) a beleza na arquitetura está intimamente associada à felicidade e ao bem-estar das pessoas. Afinal, prédios belos têm a peculiar capacidade de provocar boas sensações, enquanto lugares desagradáveis podem ser verdadeiros convites à infelicidade.

Neste sentido sentindo a sensação de felicidade está intrinsecamente ligado à estética. A arquitetura e o urbanismo tem como tarefa fundamental a criação de espaços com diversos atributos, dentre eles a estética deve ser considerada.

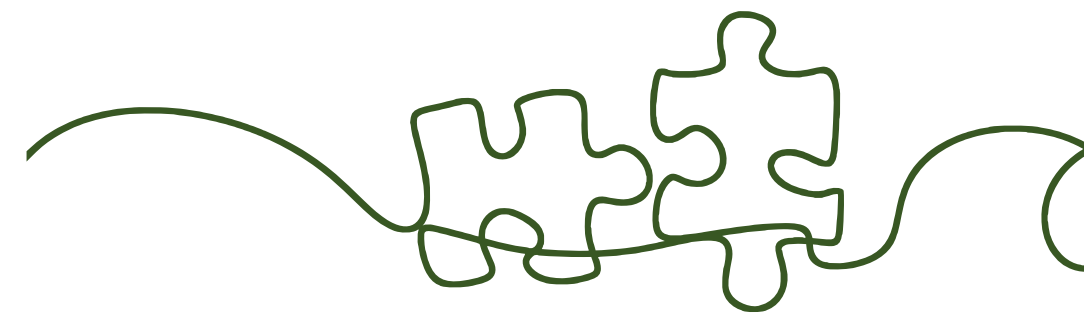


Imagem 5: Proposta de Intervenção urbana para Vilhena-RO



Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados, 2019

A estética pode ser considerada uma ferramenta de planejamento urbano, ou seja, no planejamento urbano, a estética é muitas vezes considerada em relação à funcionalidade do espaço, mas cada vez mais é reconhecida como um aspecto essencial para a criação de cidades sustentáveis, inclusivas e saudáveis.

Estética pode ser entendida como aquela característica dos elementos construídos ou naturais que sensibilizam nossos sentidos e afetam nossas emoções (Reis, et al, 2011). Então, estética diz respeito àqueles elementos do espaço urbano que estimulam os sentidos, incluindo as sensações não visuais, embora as visuais sejam dominantes.

Algumas características do espaço emergem da teoria estética urbana no planejamento (Reis, 2011), tais como:

- Para a criação de espaços de convivência: A estética de praças, calçadas e ruas não deve ser apenas funcional (para circulação de pessoas e veículos), mas também atrativa e convidativa, promovendo o encontro social e a interação entre os habitantes.
- Para a integração da natureza: O design urbano moderno valoriza cada vez mais a integração de elementos naturais no ambiente construído, como jardins urbanos, árvores, lagos artificiais e parques. Isso não só melhora a estética da cidade, mas também traz benefícios ecológicos e psicológicos.

- Sustentabilidade e ecoestética: A estética urbana contemporânea também envolve uma abordagem sustentável. O uso de materiais ecológicos, energias renováveis e a criação de espaços verdes são vistos como fundamentais para a criação de um ambiente urbano que seja esteticamente bonito e responsável com o meio ambiente.

É importante considerar o impacto da estética urbana na qualidade de vida das pessoas, visto que a teoria estética urbana considera como os elementos de design de uma cidade podem influenciar o comportamento e o bem-estar dos habitantes. Um espaço urbano bem projetado pode melhorar a saúde mental e física, incentivando a caminhada, o lazer ao ar livre e a interação social, enquanto um ambiente desorganizado ou negligenciado pode gerar sensações de estresse, insegurança e desconforto.

De Botton (2007) descrever as virtudes das construções, sendo relacionados a ordem, equilíbrio, elegância, coerência e autoconhecimento.

Em especial, a estética urbana está ligada ao conceito de cidades inclusivas e acessíveis, que buscam garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições sociais, físicas ou culturais, possam experimentar a cidade de forma agradável e funcional. Isso implica em projetar espaços que sejam visualmente agradáveis, mas também acessíveis e confortáveis para todas as idades e habilidades, incluindo as crianças.

Algumas abordagens filosóficas e sociais ligam a estética urbana ao conceito de "lugar", buscando compreender o que um ambiente urbano representa para as pessoas que o habitam, o quanto elas se sentem emocionalmente conectadas a ele e como ele reflete a identidade de uma comunidade. E neste sentido essa abordagem enfatiza como as pessoas experienciam o ambiente urbano através de seus sentidos e sentimentos, mais do que pela análise objetiva dos elementos do espaço.

Segundo De Botton (2007) a estética auxilia na compreensão de como a aparência e os atributos sensoriais de um ambiente urbano afetam os indivíduos, tanto do ponto de vista emocional quanto funcional. Compreender a estética urbana é essencial para criar cidades que não apenas atendam às necessidades práticas de seus habitantes, mas também proporcionem um ambiente visualmente estimulante e emocionalmente enriquecedor.



Choay (2005) analisa as contribuições de diversos teóricos sobre o desenvolvimento urbano e suas implicações para diferentes grupos sociais, incluindo as crianças. Também discute como diferentes modelos urbanísticos consideram ou negligenciam as necessidades das crianças.

Por exemplo, ela contrasta o Pré-Urbanismo Progressista, que enfatiza o racionalismo e a ordem, com o Pré-Urbanismo Culturalista, que valoriza as particularidades do indivíduo e, portanto, pode ser mais receptivo às necessidades infantis. Essas análises ajudam a compreender como as concepções urbanísticas influenciam o desenvolvimento infantil e o espaço destinado às crianças nas cidades.

Imagem 6: Proposta de Intervenção Urbana para Vilhena-RO.



Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados, 2019.

Françoise Choay, analisa criticamente o pensamento urbanístico desde suas origens até o século XX. A história do urbanismo e suas implicações sociais, políticas e filosóficas, sendo o urbanismo como discurso, argumentando que o urbanismo não é apenas uma prática técnica, mas também um discurso ideológico que molda a forma como pensamos as cidades.

Reiteramos o destaque para a classificação de duas concepções urbanísticas principais dadas por Choay (2005): Urbanismo Progressista: Baseado na racionalidade científica e funcionalismo, exemplificado pelos ideais do Movimento Moderno. Urbanismo Culturalista: Valoriza a história, a tradição e a relação orgânica entre a cidade e seus habitantes.

Destaque para a crítica ao urbanismo tecnocrático, onde – Choay questiona a imposição de modelos urbanos rígidos que desconsideram a vivência das pessoas, defendendo uma abordagem mais sensível ao contexto social e cultural.

Outro importante estudioso, Peter Hall, em sua obra Cidades do Amanhã: Uma História Intelectual do Planejamento e do Projeto Urbanos no Século XX (2007), analisa diversas abordagens do urbanismo e suas implicações sociais. Embora não aborde diretamente a relação entre urbanismo e infância, Hall faz discussões sobre planejamento urbano e qualidade de vida podem ser relacionadas ao bem-estar infantil. Por exemplo, ao criticar os projetos de renovação urbana que desconsideram as necessidades das comunidades locais, destaca que tais abordagens podem resultar em ambientes inadequados para o desenvolvimento de crianças.

Hall afirma que "a imposição de soluções de cima para baixo frequentemente ignora as necessidades reais dos habitantes" (Hall, 2007, p. 413). Essa crítica sugere que um planejamento urbano sensível deve considerar as necessidades de todos os membros da comunidade, incluindo as crianças.

Neste sentido, as crianças, por serem sujeitos sensíveis, criativos, observadores e com imaginação em constante movimento, são dotadas de grande capacidade de julgamento entre o belo e o feio, espaços estimulantes ou monótonos e inadequados, bem como condições espaciais de acolhimento ou perigosas.

Ao desejar que os espaços urbanos instiguem o sentimento de felicidade em nossas crianças, infere-se que os projetos urbanos desenvolvam uma relação mais consciente e intencional com a cidade onde vivemos e melhor entendimento sobre os sentimentos que ela suscita nos pequenos cidadãos.

Estes autores apresentam-se como essenciais para compreensão da evolução do pensamento urbanístico e os desafios contemporâneos do planejamento urbano, principalmente quando se contempla a infância, algo novo e pouco explorado principalmente na região norte do país.

### 2.3 Políticas públicas para a infância denotando espaços urbanos

Considerando as políticas públicas é oportuno iniciar a referência pela Constituição Federal (Brasil, 1988), visto que a Política Urbana no Art. 182, destaca que deve ser “executada pelo Poder Público municipal, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Define ainda que o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, visto que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, pensado para a coletividade, deve cumprir sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade (§ 2º da CF, 1988).

A criação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), representa um marco histórico e emblemático para os planos e ações urbanísticas. Em seu artigo 2º, essa lei prevê como primeira diretriz da política urbana brasileira a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Dado o impacto que as políticas públicas têm na qualidade de vida e no bem-estar de todos os cidadãos, em especial das crianças, destacamos a seguir o Programa Cidades Amigas das Crianças, que

constitui uma oportunidade para os municípios desenvolverem estratégias para pôr em prática os direitos dos cidadãos mais jovens no seu território, de forma articulada e concertada. Uma Cidade Amiga das Crianças valoriza e estimula a participação de todas as crianças no município e o trabalho em rede entre sectores municipais e instituições do concelho, assente numa abordagem integrada e multisectorial (UNICEF, 2016, pg.7).

Este programa foi relançado em Portugal em Outubro de 2015, e pretende reconhecer o trabalho dos municípios, facilitando a troca de experiências e colaborando com a constituição de conselhos atuantes no desenvolvimento de planos locais em estratégias municipais para as crianças.

Vale ressaltar que o programa foi bem instruído, apresentando pilares estratégicos, que poderão subsidiar as análises, sendo estes: Pilar I: Visão Global da Criança, Pilar II: Participação, Pilar III: Estratégia baseada nos Direitos da Criança, e por fim o Pilar IV: Análise do Impacto.

Dito de outro modo, o desenvolvimento urbano torna-se sustentável quando a cidade oferece distribuição justa da economia, acesso a serviços e equipamentos públicos e sociais (escolas, hospitais, assistência social, etc.), preservação dos ecossistemas, valorização das expressões culturais e políticas, espaços de moradia e lazer de qualidade e de forma justa para todas as pessoas, inclusive para as crianças que se apresentam como uma parcela importante da população em termos quantitativos e educacionais.

A relação entre urbanismo e infância tem sido um tema crescente no campo da arquitetura e do planejamento urbano, especialmente com o conceito de \*cidades amigas das crianças. Esse conceito visa repensar as cidades para que sejam mais acolhedoras, seguras e acessíveis às crianças, garantindo seus direitos e oferecendo ambientes adequados para seu desenvolvimento físico, social e emocional. A ideia de uma "cidade amiga das crianças" foi oficialmente reconhecida pela UNICEF no final da década de 1990, por meio de um movimento global que busca transformar os espaços urbanos em lugares mais inclusivos, equitativos e sustentáveis para os mais jovens.

Destaca-se também o programa Urban95, sendo uma iniciativa da Fundação Bernard Van Leer, e apresenta-se como uma fonte importante de análise e referencial positivo em buscas de respostas e indicativos sobre o planejamento urbano focado nas crianças. A base de dados ocorre por meio do Guia para o desenvolvimento de bairros amigáveis à primeira infância, sendo uma plataforma que permite iniciar a discussão e até mesmo o planejamento. Ilustra possibilidades, explica porque elas são importantes e como torná-las realidade na perspectiva das crianças, ou seja considerando a altura média das crianças que é de 95 centímetros, por isso o nome deste projeto.

O urbanismo voltado para a infância envolve a criação de cidades em que as crianças sejam vistas não apenas como dependentes de seus pais ou cuidadores, mas como agentes de mudança no planejamento urbano. Alguns princípios fundamentais incluem:

- **Segurança e Acessibilidade:** A cidade deve ser segura para as crianças, com áreas livres de riscos de acidentes (como ruas sem sinalização, ou espaços sem fiscalização de trânsito), e acessível para todas, independentemente de sua condição física ou social.

- **Espaços Públicos de Qualidade:** A criação de parques, praças, playgrounds, áreas de lazer e espaços verdes são essenciais para o desenvolvimento da criança. Além disso, esses espaços devem ser integrados ao dia a dia da cidade e ser de fácil acesso para todos os bairros.
- **Mobilidade e Transporte:** As cidades devem promover transporte público de qualidade e garantir que as crianças possam se locomover de forma independente e segura. Isso envolve criar infraestrutura para calçadas adequadas, ciclovias, e priorizar a segurança no trânsito.
- **Participação e Inclusão:** As crianças devem ter voz nos processos de planejamento urbano, sendo ouvidas sobre suas necessidades e desejos. Isso pode ser feito por meio de consultas públicas, pesquisas, ou até mesmo envolvimento em decisões locais.

Um conceito oportuno desenvolvido pela Organização WRI Brasil, em 2018, afirma que para atingir um desenvolvimento urbano sustentável, as cidades precisam reverter o atual modelo de crescimento 3D (distante, disperso e desconectado) para o modelo 3C (compacto, conectado e coordenado).

Esta organização sugere ainda o DOTS – Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável – é uma estratégia de planejamento capaz de produzir um desenvolvimento urbano sustentável. O DOTS deve ser inserido na legislação municipal por meio dos planos diretores.

Considerando que no Brasil o plano diretor é o principal instrumento de planejamento urbano, para ser eficaz, deve atuar tanto de forma estratégica quanto com um caráter normativo. Esses dois papéis do plano diretor devem estar articulados, trazendo normas e parâmetros urbanísticos.

O momento de elaboração e revisão dos planos diretores é ideal para promover o DOTS. Além disso, permite a integração entre as diferentes agendas urbanas, através do diálogo intersetorial dentro de prefeituras, em regiões metropolitanas, com a sociedade civil e com o setor privado, em especial o mercado imobiliário.

O guia DOTS (2018) nos Planos Diretores visa auxiliar tomadores de decisão e técnicos das médias e grandes cidades brasileiras na adoção de uma estratégia que incorpore uma visão de futuro das cidades, voltada ao desenvolvimento urbano sustentável.

Os princípios da estratégia DOTS orientam para a construção de uma cidade compacta, conectada e coordenada (modelo 3C). Cada princípio traz diretrizes para implementar cada “C” do modelo de cidade 3C e é baseado em instrumentos normativos específicos.

### Princípio 1: DIRETRIZES E NORMATIVAS PARA O CRESCIMENTO COMPACTO

Relacionado à contenção da dispersão urbana, à regulação do perímetro urbano e a incentivos à densificação em áreas que possuem infraestrutura, como áreas próximas aos sistemas de transporte coletivo.

### Princípio 2: DIRETRIZES E NORMATIVAS PARA CENTRALIDADES E INFRAESTRUTURAS CONECTADAS

Relacionado à redução da necessidade de deslocamentos motorizados, incentivando o uso misto, aproximando as áreas de moradia e emprego e equilibrando a distribuição das atividades no território. Esse princípio incentiva, ainda, a criação de centralidades, conectadas através de um eficiente sistema de transporte coletivo.

### Princípio 3: DIRETRIZES E NORMATIVAS PARA A GESTÃO COORDENADA

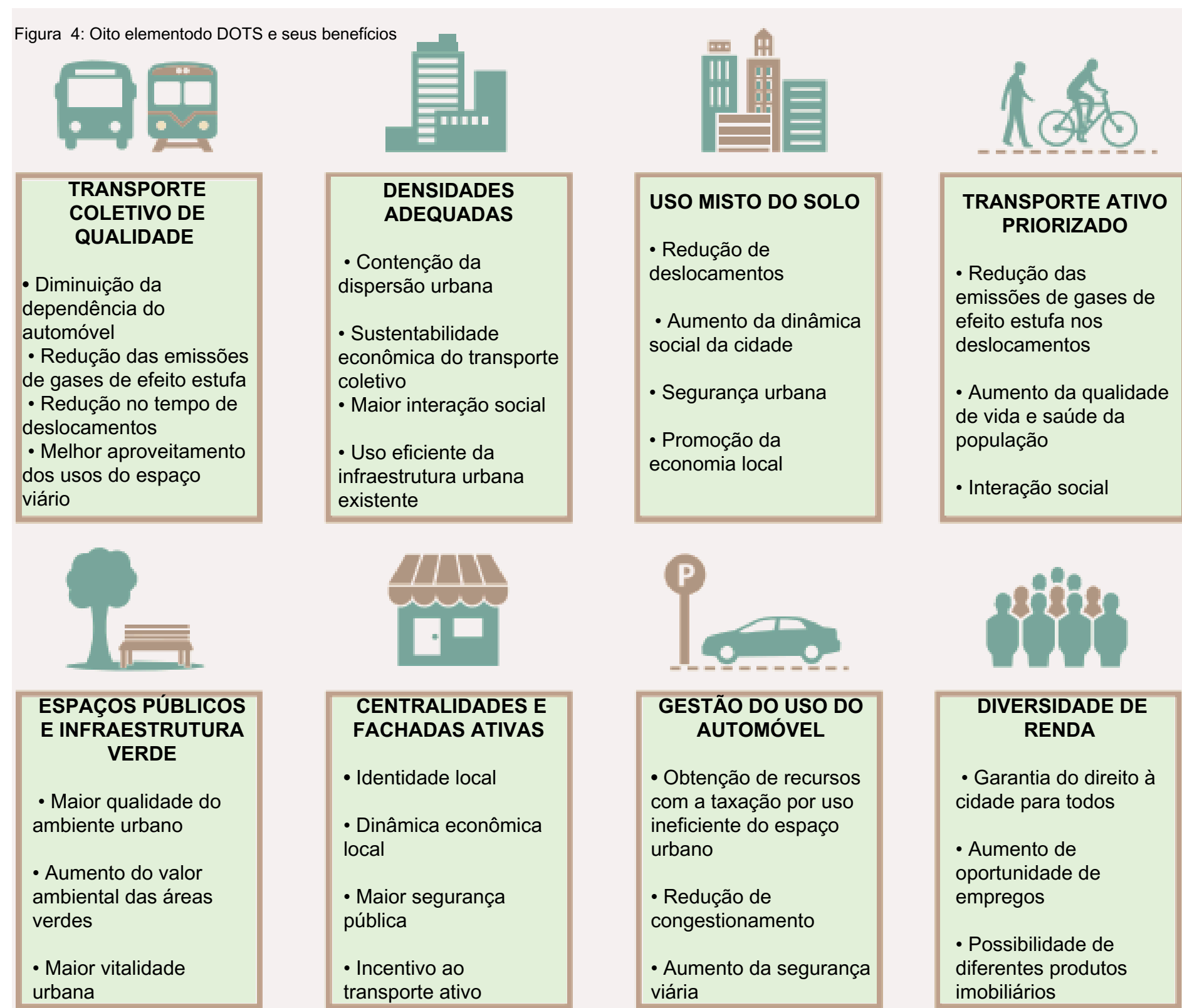
Relacionado à gestão eficiente do território urbano, principalmente as diretrizes vinculadas à gestão social da valorização da terra urbana. Além disso, apresenta normativas para otimização da infraestrutura existente no território urbano.

Do ponto de vista da implementação, o DOTS é estruturado em 4 dimensões que devem ser articuladas entre si: legislação urbana, desenho urbano, financiamento e governança. A legislação urbana fornece as bases regulatórias para que os projetos de DOTS sejam concretizados na cidade, enquanto o desenho urbano garante a qualidade e a técnica na construção da paisagem urbana. A estruturação do financiamento é fundamental para garantir a viabilidade do DOTS e, por fim, a governança destaca o papel do setor público como protagonista, em parceria com o setor privado e a sociedade civil, para a viabilização dos projetos.

Aqui estão conceitos e ideias descritos no “Dots nos planos diretores: Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável no planejamento urbano” (2018) que somam para a criação de projetos urbanos dinâmicos e coerentes com cada cidade, cabendo sempre a adaptação.

Afinal é necessário entender e superar o fato de que o processo de urbanização no Brasil, muitas vezes, ocorreu alheio ao planejamento e regulação.

Figura 4: Oito elementos DOTS e seus benefícios



Fonte: WRI Brasil Org, 2018.

## 2.4 Síntese dos principais teóricos e fundamentos da pesquisa

O urbanismo e o desenvolvimento infantil são temas interdisciplinares que envolvem estudos da Psicologia, Sociologia, Arquitetura e Planejamento Urbano. Diversos teóricos analisaram como o ambiente urbano impacta o crescimento, a socialização e o bem-estar das crianças. Aqui estão alguns dos principais estudiosos e suas contribuições que embasam esta investigação:

FRANÇOISE CHOAY (2005), Suas principais ideias incluem: Urbanismo como resposta à modernidade; Duas grandes correntes urbanísticas – Identifica a abordagem culturalista (valorização da tradição e identidade local) e a progressista (planejamento racional e funcionalista). Questiona planos urbanos que ignoram a complexidade social e cultural das cidades. Impacto das utopias urbanas Argumenta que o planejamento urbano reflete ideologias e relações de poder.

HENRI LEFEBVRE (2001) Direito à Cidade e Infância. Criador do conceito de "direito à cidade", que inclui o direito das crianças a um ambiente urbano inclusivo. DAVID HARVEY (2012) argumentou que a organização do espaço urbano reflete relações de poder e que as crianças são frequentemente excluídas do planejamento das cidades. Influenciou movimentos urbanos que defendem cidades mais acessíveis e participativas para crianças.

SARMENTO (2000, 2007) suas contribuições incluem: Infância como construção social; Crianças como atores sociais; Espaço e tempo da infância; Perspectiva interdisciplinar - ouvir as crianças e cruzar saberes de diferentes áreas. Políticas e direitos infantis – Suas pesquisas ajudam a fortalecer políticas públicas que garantam os direitos das crianças. Sarmento defende um olhar mais atento às crianças como participantes ativos da sociedade, rompendo com visões adultocêntricas.

PETER HALL (2007), em Cidades do Amanhã, defende que o planejamento urbano deve aprender com o passado para criar cidades mais sustentáveis, inovadoras e inclusivas. Ele analisa a evolução dos modelos urbanos, discute desafios como desigualdade e poluição, e propõe o uso de tecnologia e políticas eficazes para melhorar a qualidade de vida nas cidades do futuro.

KEVIN LYNCH (2011) investigou como crianças percebem e navegam pelos espaços urbanos, destacando a importância da legibilidade urbana (a capacidade de entender e se orientar no ambiente). Ele analisou como diferentes contextos urbanos influenciam o comportamento e a autonomia das crianças. Seu trabalho enfatiza a necessidade de cidades organizadas e acessíveis para facilitar a mobilidade e segurança infantil.

CORSARO (2011) é um dos principais teóricos da Sociologia da Infância. Suas principais contribuições incluem: Cultura de pares – As crianças criam e compartilham sua própria cultura dentro dos grupos infantis. Reprodução interpretativa – As crianças não apenas imitam os adultos, mas reinterpretam e modificam a cultura ao seu redor. Perspectiva etnográfica – Corsaro usou a etnografia para estudar as crianças em seu ambiente natural, valorizando suas vozes. Conexão entre gerações – A infância tem valor próprio e influencia as gerações futuras. Corsaro ajudou a consolidar a visão das crianças como agentes sociais ativos, não apenas como futuros adultos.

JONATHAN F. P. ROSE (2019), em A Cidade em Harmonia, defende cidades sustentáveis, resilientes e socialmente justas. Ele propõe um urbanismo que funcione como um ecossistema equilibrado, promovendo sustentabilidade, inclusão social, integração com a natureza, uso inteligente da tecnologia e bem-estar urbano. Seu objetivo é criar cidades mais humanas e saudáveis para as futuras gerações.

FRANCESCO TONUCCI (1995, 2005) e a Cidade das Crianças, tendo como principal obra: La Città dei Bambini (1996). Francesco Tonucci, psicopedagogo e urbanista, propôs um modelo de cidade planejada para as crianças. Defende a participação infantil no planejamento urbano e políticas públicas que priorizem a mobilidade ativa, como ruas seguras e espaços lúdicos. Criou o projeto "Cidade das Crianças", implementado em várias cidades do mundo, para garantir ambientes urbanos mais inclusivos.



JAN GEHL (2013) defende um urbanismo humanizado, onde as cidades devem priorizar pessoas, incluindo as crianças, em vez de carros. Para isso, ele propõe ruas seguras, espaços públicos interativos, mais áreas verdes e infraestrutura que permita a mobilidade infantil autônoma. Sua visão busca criar cidades mais acolhedoras, estimulantes e acessíveis para o desenvolvimento infantil.

Villaça (2001), um importante aporte teórico sobre urbanismo, critica os planos diretores por frequentemente criarem ilusões sobre a capacidade de planejamento urbano de transformar as cidades de maneira justa e eficaz. Em suas obras, ele argumenta que os planos diretores costumam ser formulados sem considerar as forças econômicas e políticas que moldam a cidade, tornando-se muitas vezes inexecutáveis. Algumas das principais ilusões que ele aponta incluem: ilusão da neutralidade técnica, onde os planos diretores muitas vezes são apresentados como instrumentos técnicos e racionais, mas, na prática, refletem interesses de grupos dominantes e reforçam a segregação socioespacial.

Também cita a ilusão da implementação, sendo que apesar de sua elaboração, muitos planos diretores não são aplicados de fato, seja por falta de vontade política, seja por oposição de setores poderosos da sociedade. Outra ilusão trata da distribuição equitativa, a cerca da ideia de que um plano diretor pode, por si só, promover a justiça social e melhorar a qualidade de vida das populações mais pobres é questionada por Villaça, pois a dinâmica imobiliária e os interesses privados frequentemente prevalecem.

Por último, Villaça (2001) expõe sobre a ilusão do controle do mercado imobiliário, onde os planos diretores frequentemente falham em regular o mercado imobiliário, que tem grande poder de influência sobre as decisões urbanísticas.

Neste sentido, fica evidente que uma transformação real exige não apenas planejamento urbano, mas também mudanças estruturais na economia e na política urbana, além de uma atuação mais ativa da sociedade na definição dos rumos das cidades.

Villaça (2001) indica que o plano diretor (PD) precisa ter instrumentos auto-aplicáveis, sendo estes essenciais para garantir que o plano diretor tenha eficácia imediata. Sem estes instrumentos o PD ficam sujeitos a manipulações políticas e interesses privados, impedindo sua implementação efetiva. Assim, segundo este autor, a força real de um plano diretor está na quantidade e na qualidade dos seus instrumentos auto-aplicáveis, pois são esses que têm maior chance de realmente impactar a estrutura da cidade sem depender de futuras decisões governamentais.

O referencial técnico normativo e urbanístico será basilar neste estudo, visto que há publicações ricas em orientações e exemplos sobre o planejamento urbano pensado na infância, desta forma temos: Guia para a construção de Cidades Amigas das Crianças (UNICEF, 2016); DOTS no Planos Diretores: Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável no planejamento urbano (WRI Cidades, 2018); Guia Desenhando Ruas para Crianças (Global Designing, 2019); Guia Entornos Escolares Seguros (WRI Brasil, 2024); Guia Urban95: Ideias para ação (Bernard Van Leer Foundation, 2019); Plano de Bairro Amigável à Primeira Infância: Guia passo a passo (Instituto de Arquitetos do Brasil/Urban95, 2024).

De maneira concisa, os teóricos e indicativos técnicos apresentados neste referencial corroboram para o entendimento dos impactos do urbanismo na infância, visto que o desenho das cidades tem um impacto direto na saúde, bem-estar e desenvolvimento das crianças. Cidades que priorizam a infância contribuem para:

- Saúde física e mental: A presença de espaços ao ar livre, onde as crianças podem brincar e se exercitar, é fundamental para o desenvolvimento físico. Além disso, ambientes urbanos amigáveis reduzem o estresse e promovem o bem-estar emocional, proporcionando locais tranquilos para o lazer e a convivência social.
- Desenvolvimento social: Ambientes urbanos que incentivam a interação e a convivência social contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais nas crianças, promovendo maior empatia, colaboração e respeito pela diversidade.
- Educação e criatividade: A cidade deve ser um ambiente estimulante, que favoreça a criatividade e o aprendizado. Espaços urbanos bem planejados oferecem oportunidades de interação com a natureza, a arte, e a cultura local, além de possibilitar o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento.

Imagem 7: Proposta de Intervenção Urbana para Vilhena-RO.



Fonte: Jaime Lerner Arquittos Associados, 2019





**3**  
**MATERIAIS E MÉTODOS**

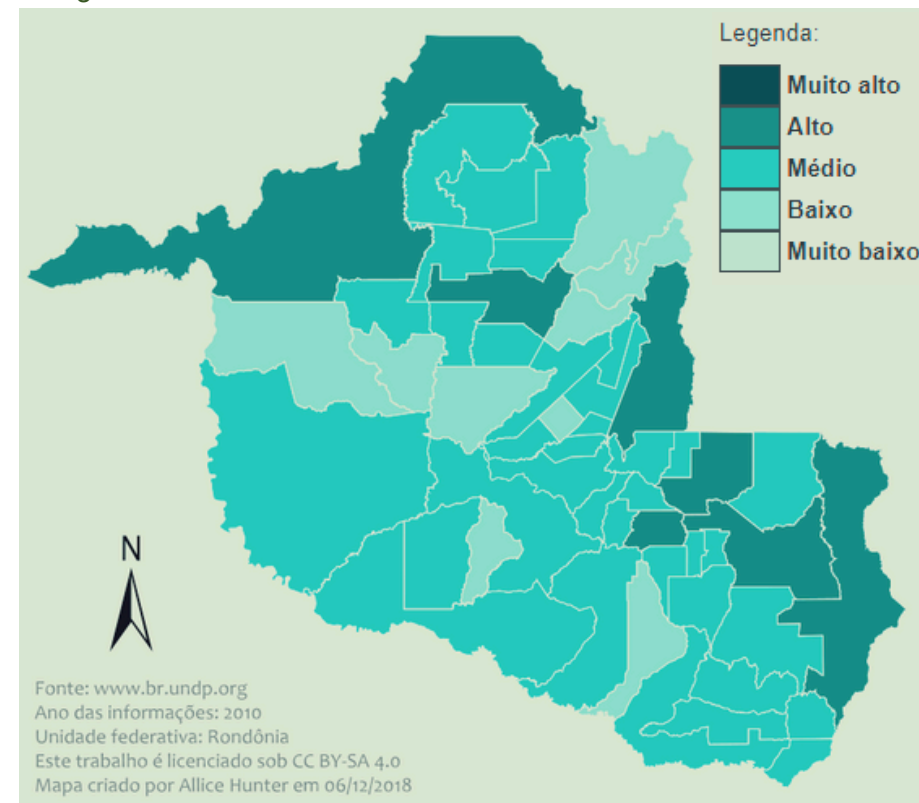
### 3.1 Classificação e procedimentos da pesquisa

Para desenvolvimento deste estudo foi adotado diferentes procedimentos de pesquisa, sendo primeiramente a pesquisa bibliográfica, em segunda análise documental e observação (Gil, 2002). A mescla destes procedimentos colaboraram significativamente para a análise dos dados produzidos.

A pesquisa bibliográfica apresentou os elementos teóricos e estudos realizados sobre o tema abordado e sustenta a análises e criação dos resultados, realizando uma leitura exploratória e uma leitura seletiva.

A análise documental colaborou para o conhecimento da problemática com base nos registros oficiais de políticas públicas do município (Gil, 2002), sendo que tais análises foram embasadas nos guias supracitados a partir de subáreas e princípios da sociologia urbana. Por fim, a observação foi aplicada como uma terceira ferramenta de criação de dados e tornou as análises mais robusta e fiéis ao contexto investigado.

Imagem 8: Níveis do IDH de Rondônia em 2021.



Fonte: IBGE, 2021.

A criação de dados, segundo González Rey (2012, p.5) indica que “é impossível pensar que temos um acesso ilimitado e direto ao sistema real, portanto, tal acesso é sempre parcial e limitado a partir das nossas próprias práticas”. Neste sentido a importância de estabelecer uma metodologia que atenda aos anseios previstos nos objetivos específicos em prol da resposta ao objeto final investigado.

O método dialético se apresentou como um caminho adequado para obtenção das respostas e análises (Gil, 2002). Considerando os pressupostos da pesquisa qualitativa e subjetividade que envolve as pesquisa na área de humanas e ciências sociais aplicadas, defende-se o termo de epistemologia qualitativa (González Rey, 2012) visto que devido ao “caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não apropriação linear de uma realidade que se apresenta”. Diante do exposto, os dados foram “construídos” a partir da interferência do pesquisador sobre o objeto de estudo, e não simplesmente coletados como nos parece notável.

### 3.2 Local e delimitações da pesquisa

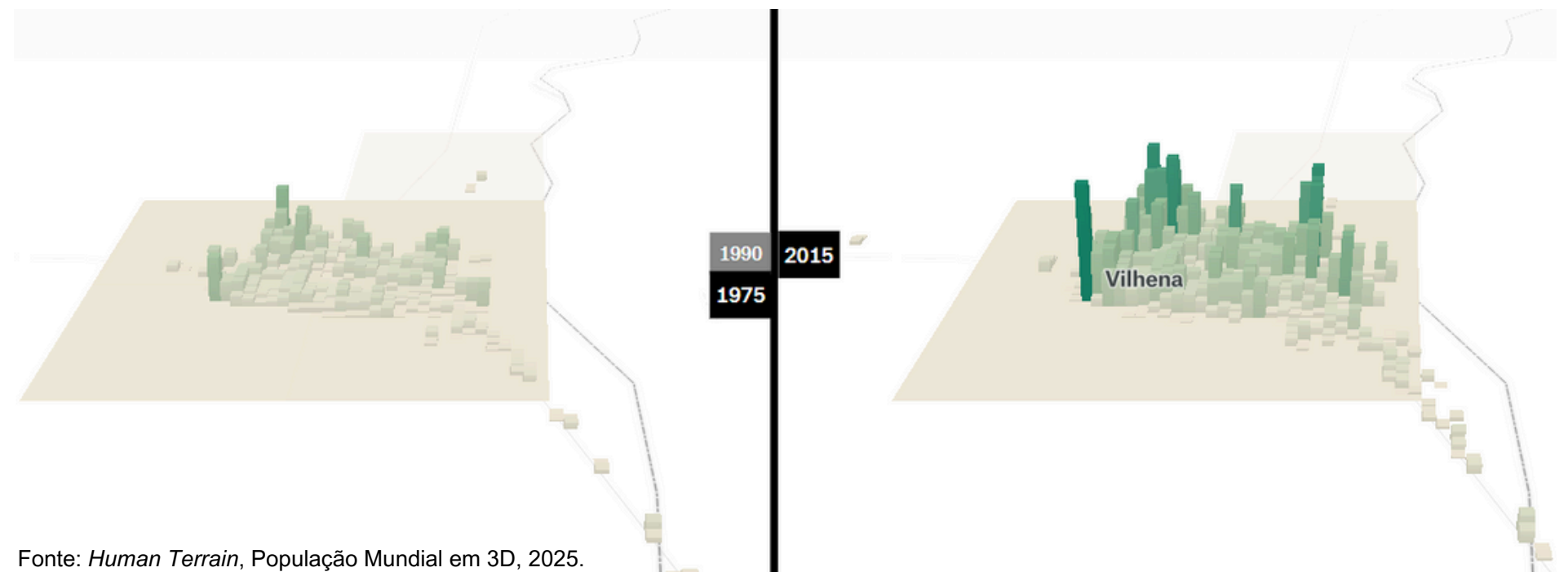
Em termos de delimitação, a pesquisa ocorreu em Vilhena, sendo este um município brasileiro do estado de Rondônia. Sua população foi estimada em 104.517 habitantes (IBGE, 2021), sendo o quarto município mais populoso.

Com o segundo melhor IDH de Rondônia, conforme demonstrado no mapa (Imagem 8), a cidade encontra-se em constante expansão nos setores da indústria, comércio e serviços, bem como constitui-se num forte pólo agrícola na região. Além disso, a cidade vem se tornando um grande polo educacional, atraindo diversos estudantes de uma macrorregião que abrange a região sul de Rondônia e noroeste do Mato Grosso (IBGE, 2021).

Vilhena foi emancipada em 1977 e portanto é uma cidade em franco desenvolvimento, conhecida como “Portal da Amazônia” por estar situada na entrada da região Amazônica Ocidental. Também é conhecida como “Cidade Clima da Amazônia”, por ter uma temperatura média menor do que outras cidades da Região Norte, por consequência de sua planície e altitude em relação ao nível do mar (IBGE, 2021).

A população de Vilhena cresce de maneira exponencial (habitantes em 2000: 53.598; 2008: 68.405; 2010: 76.202; 2017: 93.754; 2022: 95.832, conforme Censo IBGE) e considerando este um dos grandes desafios urbanos, analisamos a condição do adensamento populacional, conforme ilustrado na imagem n.9 a seguir.

Imagem 9: Comparação quanto ao adensamento populacional de 1990 a 2015 - Vilhena/RO.



Fonte: Human Terrain, População Mundial em 3D, 2025.

Figura 5: Síntese da metodologia adotada na pesquisa



Fonte: Adaptado pela Autora com base em GIL, 2010.



**4**  
**ESTUDOS DE CASO**



Imagem 10: Planta baixa da área do Mundo da Criança em Jundiaí/SP.

Apesar dos avanços, existem muitos desafios para tornar as cidades verdadeiramente amigas das crianças. Entre os principais desafios estão a ausência de planejamento urbano inclusivo. Muitas cidades ainda priorizam os interesses dos motoristas e das empresas, em detrimento do bem-estar das crianças. A falta de investimentos em espaços públicos e na infraestrutura urbana acessível e segura continua a ser um obstáculo.

No quesito desigualdade social, percebe-se que em muitas cidades, as crianças que vivem em comunidades mais vulneráveis não têm acesso aos mesmos benefícios das áreas mais privilegiadas. Criar uma cidade amiga das crianças envolve também superar as desigualdades sociais e econômicas.

A crescente urbanização e as mudanças climáticas exigem que as cidades se tornem mais resilientes e sustentáveis, criando ambientes urbanos que sejam adequados para as futuras gerações, incluindo as crianças.

Neste sentido, o urbanismo amigo das crianças não é apenas uma questão de infraestrutura; é uma questão de compromisso com a dignidade, os direitos e o futuro das crianças. As cidades que priorizam a infância criam ambientes urbanos mais saudáveis e felizes para todos os seus habitantes, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e socialmente justo.

Ao repensar o planejamento urbano com as crianças em mente, as cidades se tornam espaços mais humanos e acolhedores para todos e felizmente temos relatos de algumas cidades no mundo, que desenvolveram projetos urbanísticos com esta visão sociológica. No Brasil também há muitas experiências exitosas, que ajudam na percepção de que não é preciso criar algo inédito mas sim recriar e adaptar as boas práticas de gestão pública e normativas vigentes.

A seguir está organizado dados de cidades, sendo uma do Brasil e duas do exterior (Itália e Alemanha) com o propósito de demonstrar tais projetos bem sucedidos.

#### 4.1 A cidade de Jundiaí (São Paulo - Brasil) e seus projetos para as crianças

Com 443.116 habitantes (Censo 2022), Jundiaí ficou em primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), entre as cidades com mais de 350 mil habitantes (2021).

Em alinhamento com as diretrizes apontadas no Plano Diretor do município, que inclui um capítulo dedicado às infâncias, tem programas como as Ruas de Brincar nos bairros e as Áreas da Infância – entornos de equipamentos públicos com segurança viária e conexão com a natureza. O município ainda conta com uma política orçamentária dentro do seu Plano Plurianual (PPA) que dedica recursos exclusivos a projetos da primeira infância.

Imagem 11: Mapa Divisão regiões e anairramento oficial de Jundiaí-SP



Fonte: Prefeitura de Jundiaí/SP, 2024.

O Plano Diretor é o instrumento que ordena as funções sociais e a propriedade urbana das cidades com mais de 20 mil habitantes. Os efeitos desta lei municipal prevista no Estatuto da Cidade afetam não só o ambiente urbano, mas também as escolhas cotidianas das pessoas que vivem nele, como o modo de deslocamento e o acesso aos equipamentos e espaços públicos.

Para garantir políticas públicas urbanísticas para a primeira infância, cidades da Rede Urban95 estão incluindo a perspectiva de crianças, bebês e cuidadores no Plano Diretor. Oportunizando a revisão do documento, que acontece a cada dez anos, gestões municipais desenvolvem diversas estratégias intersectoriais para ouvir estes públicos e redigir um plano participativo e inclusivo.

Jundiaí (SP) foi a primeira cidade Urban95 a fazer esta inclusão. Em 2018, quando teve início a revisão do Plano Diretor, a cidade já tinha um robusto histórico de políticas públicas voltadas para a primeira infância em áreas como saúde e educação, e também uma Política Municipal da Criança, criada em 2017 com o objetivo de melhorar a qualidade urbanística dos espaços públicos, criar rotas mais seguras e proporcionar mais contato com a natureza.

O que o Plano Diretor fez foi reconhecer o papel do espaço urbano na formação e na proteção da criança, como explica Sylvia Barbosa Angelini (Prefeitura de Jundiaí/SP), diretora de urbanismo da cidade:

A criança que é atendida pela educação, saúde e assistência se desloca, brinca, vive na cidade. Este espaço urbano que ela percorre nunca é neutro: a cidade ajuda ou inibe o desenvolvimento desta criança. Por isso é tão importante aproveitar as oportunidades para fazer do espaço urbano uma fonte de estímulo e aprendizagem. O Plano Diretor foi o primeiro documento a dizer que a criança é prioridade também no desenho da cidade.”

O capítulo X do Plano Diretor de Jundiaí, intitulado Da Política da Criança na Cidade, prevê a ampliação da oferta de praças, parques e espaços públicos mais lúdicos; incentiva a ocupação da cidade por crianças e também prevê a criação de instâncias de escuta permanente para crianças.

##### 4.1.1 Conhecendo as boas práticas da cidade de Jundiaí (SP)

A Prefeitura de Jundiaí, cidade do interior paulista, tem se dedicado a pensar o futuro do município de forma inovadora e estratégica, priorizando ações, políticas e projetos voltados à primeira infância.

Desde a implementação da Política Municipal da Criança, em 2017, a cidade estabeleceu a orientação de seu planejamento com foco no desenvolvimento saudável e seguro dos pequenos cidadãos, favorecendo o acesso e ocupação de espaços públicos seguros, que promovam a mobilidade, o contato com a natureza e a interatividade.

Em 2018, Jundiaí foi a primeira cidade do Estado de São Paulo e a segunda no país a integrar a Rede Latino Americana Cidade das Crianças, assumindo o compromisso de viabilizar ações em torno da participação das crianças e suas perspectivas.

Mas o caminho trilhado pela cidade no tema começou alguns anos antes. Desde 2012 a Prefeitura promove a Semana do Bebê, evento anual que organiza atividades para conscientizar a comunidade sobre a importância do desenvolvimento infantil e a difusão de práticas adequadas.

Equipamentos públicos de saúde (unidades básicas e de saúde da família), educação (creches) e assistência social (Cras) são mobilizados em diversos bairros da cidade, com uma programação que inclui contação de histórias, cinema infantil, oficinas de shantala, orientações de saúde bucal, oficinas nutricionais, palestras, oficinas de confecção de brinquedos, roda de música, teatro, entre outras.

O Plano Diretor Jundiaí aprovado em 2019 dedica um capítulo inteiro às crianças, se estabelecendo como um instrumento fundamental para garantir a continuidade desse olhar estratégico ao longo do tempo e consolidando um trabalho integrado.

Para aprimorar a formulação de políticas públicas para a infância a cidade assistiu à criação de um Grupo de Trabalho intersetorial, que por sua vez acompanhou a criação do projeto **Rotas Seguras e Ruas Temporárias para o Brincar**, ambos direcionados à melhora da circulação de crianças entre os equipamentos públicos disponíveis no território.

Imagem 12: Ruas de Brincar é uma das iniciativas de Jundiaí



Fonte: Prefeitura de Jundiaí, 2024.

**Entre a Casa e a Escola** propõe uma qualificação do caminho dos alunos da rede pública para suas escolas. O projeto piloto foi feito na EMEB Deodato Janski, onde estudam cerca de 500 alunos e 70% vão para a escola caminhando.

Para compor o diagnóstico, além das vistorias dos técnicos em conjunto com os moradores do bairro, foi iniciado um processo de escuta das crianças para saber o que elas acham do seu caminho para a escola e como gostariam que ele fosse.

O primeiro resultado do projeto foi a remodelação da praça em frente à escola, inaugurada em dezembro de 2017. A área recebeu remodelação paisagística, recuperação da iluminação e do passeio, arquibancada para assento e pintura de lousa na parede, para servir como extensão do ambiente educacional das escolas municipais que ficam nas proximidades. Artistas do bairro também contribuíram com intervenções de grafite no local.

Imagem 13: Intervenções da iniciativa Pé de Infância



Fonte: Prefeitura de Jundiaí, 2024

A partir da experiência da cidade com a Rede Brasileira Urban 95, o **Projeto Pé de Infância** realiza intervenções lúdicas em espaços públicos da cidade, praças, pontos de ônibus e outros.

As pinturas têm como objetivo incentivar a brincadeira de rua, contação de histórias, resgate às memórias e canções infantis. O próprio nome da campanha é um trocadilho com a ideia de que um ambiente saudável, que promova a brincadeira e o aprendizado lúdico, será o mais fértil para que as crianças cresçam e floresçam como as plantas.

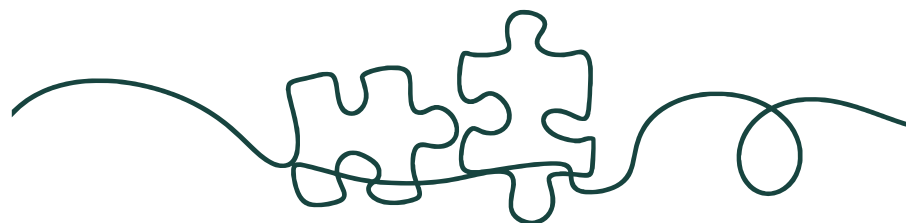


Imagem 14: Reunião entre o prefeito de Jundiaí e o Comitê da Criança



Fonte: Prefeitura de Jundiaí/SP, 2024.

No **Comitê das Crianças** as diretrizes sobre o tema da primeira infância foram incorporadas em diversas áreas da administração, como uma proposta transversal para a gestão da cidade. Assim, o olhar para as crianças pequenas superou intervenções urbanísticas e de infraestrutura para alcançar uma forma inovadora de pensar a ocupação e acesso à cidade.

A criação de um **Conselho de Crianças** para consulta às crianças sobre algumas ações do município voltado a esse público trouxe o incremento da participação social, tão importante para garantir a longevidade dos projetos. O Comitê é composto por 24 crianças (12 meninos e 12 meninas).

O **Ruas de Brincar** é uma iniciativa integrada ao programa “Cidade das Crianças” que busca incentivar junto às crianças e adultos, (crianças brincando na rua), o resgate às brincadeiras, inclusive em eventos do calendário municipal, como o Domingo no Parque e a Corrida das Crianças.

A Prefeitura disponibiliza cavaletes estilizados, com desenhos do artista italiano Frato e com a frase “Perdoem o transtorno. Estamos brincando por vocês”, que indicam o espaço da Rua de Brincar. Quem gerencia o fechamento das ruas são os próprios moradores do bairro, incentivando a participação da comunidade.

### Mundo das Crianças em Jundiaí/SP

Espaço inovador, estimula o contato e a interação com a natureza, o brincar e a experiência, por meio de estações de brinquedos, paredes de escalada, quadras esportivas, pista de skate, áreas verdes para lazer, cultura e aprendizagem, fontes interativas e trilhas.

Mundo das Crianças foi inaugurado em dezembro de 2020 e administrado pela DAE Jundiaí, o Mundo das Crianças Jundiaí é a extensão da área de preservação da represa que abastece a cidade. Inaugurado em 2021 com 170 mil m<sup>2</sup> de área para brincadeira, diversão, aprendizagem e interação com a natureza, chegará a um total de 500 mil m<sup>2</sup>.

Imagem 15: Projeto Mundo das Crianças em Jundiaí/SP - Vista aérea



A preservação ambiental é um dos maiores intuitos do projeto, que concretiza diversas propostas sobre a infância que o município vem desenvolvendo em relação ao ambiente urbano e o planejamento de políticas públicas.

Com extensa área verde, o local conta com diversidade na fauna e flora e mais de 13 mil árvores plantadas. Aproxima os pequenos dos elementos naturais e essenciais para seu desenvolvimento integral e o despertar da consciência ecológica. Além de muito educativo, o contato com a água, com a terra e com a natureza desenvolve a imaginação, criatividade e o movimento.

Além disso, todas as áreas são nominadas com referências à Serra do Japi, para aproximar as crianças e demais frequentadores da biodiversidade presente na reserva natural da região.

Imagem 16: Mundo das Crianças em Jundiaí/SP



Fonte: Prefeitura de Jundiaí-SP, 2024.

Jundiaí/SP é de fato uma referência importante porque ano após ano, vem comprovando seu compromisso com o desenvolvimento infantil. Prova disso é que em março de 2024, foi inaugurado o novo parque naturalizado Dorival Raymundo Risso fica localizado em uma área periférica da cidade, próxima ao rio Jundiaí.

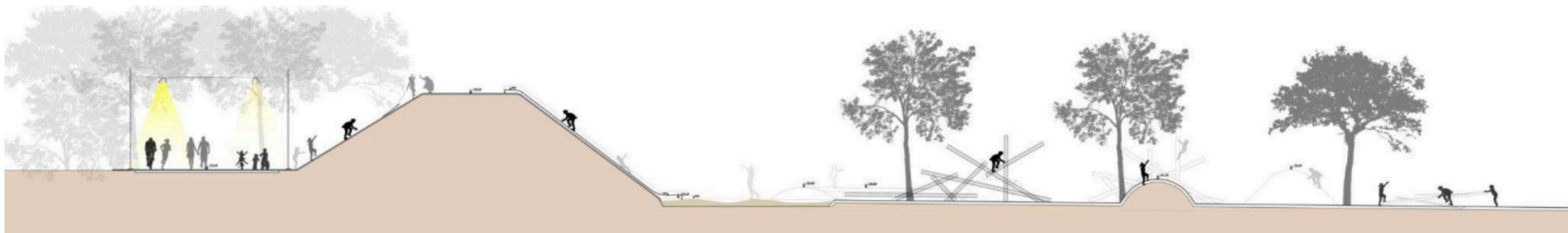
Partindo das características do território, todo o projeto contempla a relação com a água, incluindo pistas de caminhadas permeáveis, bebedouros com desenhos de peixes locais, jardim de chuva e um túnel com esguichos de água.

Imagem 17: Desenvolvimento do Parque Naturalizado em Jundiaí/SP



Fonte: Urban95, 2024.

Imagem 18: Corte Projeto Arquitetônico do Mundo das Crianças em Jundiaí/SP



Fonte: Prefeitura de Jundiaí/SP

Além disso, o parque conta com outros brinquedos naturalizados, como uma aldeota (espécie de playground suspenso), uma parede de escalada, circuito de troncos, caixas de areia, uma pirâmide de bambu, entre outras estruturas. A identidade visual contém os elementos da campanha Pé de Infância.

A equipe da Urban95, escutou as crianças das escolas e do CRAS ao redor para conceber o espaço. As placas de comunicação, na altura das crianças pequenas, têm linguagem lúdica e criativa e estão disponíveis em Libras e Braille. Como o parque atende o CRAS Oeste, os visitantes do Programa Criança Feliz ganharam um kit com lonas, penas, redes e cesta de piquenique para levarem os bebês ao local.

Imagem 19: Desenvolvimento do Parque Naturalizado em Jundiaí/SP



Fonte: Urban95, 2024.

Imagem 20: Desenvolvimento do Projeto Mundo das Crianças em Jundiaí/SP



Fonte: Urban95, 2024.

Imagem 21: Desenvolvimento do Projeto Mundo das Crianças em Jundiaí/SP



Fonte: Urban95, 2024.

As cidades que fazem adesão ao programa Urban95, realizado pela Fundação Van Leer em parceria com a London School of Economics (LSE), tem acesso a ferramentas e estratégias para transformar as cidades em lugares mais amigáveis para a primeira infância.

O funcionamento ocorre em etapas diretamente guiadas pela Urban95, seguindo o conteúdo de:

- Visão e Análise: Compreender como cidades projetadas para apoiar o bem-estar de crianças pequenas são melhores para todos e aprender a medir impactos a longo prazo;
- Estratégia e Execução: Desenvolver políticas e serviços voltados para a primeira infância, com foco em infraestrutura social e espacial, além de criar projetos financeiramente viáveis;
- Liderança: Construir uma cultura de inovação e liderança eficaz para conectar diferentes setores e promover mudanças.

Durante a primeira etapa, os participantes deverão elaborar um plano de ação para enfrentar desafios locais em suas cidades.

Imagem 22: Desenvolvimento do Parque Naturalizado em Jundiaí/SP



Fonte: Urban95, 2024.

Imagem 23: Desenvolvimento do Projeto Mundo das Crianças em Jundiaí/SP



Fonte: Prefeitura de Jundiaí/SP

Imagem 10: Corte Projeto Arquitetônico do Mundo das Crianças em Jundiaí



Fonte: Prefeitura de Jundiaí/SP, 2024.

## 4.2 A cidade das crianças: histórico das políticas públicas e experiências na Itália e Alemanha

O projeto “A cidade das crianças”, criado por Francesco Tonucci, nasceu em sua cidade natal, a cidade de Fano, em Marche/Itália.

O Projeto aborda a situação de crise que a cidade moderna vive. Uma cidade que tem respondido às necessidades de apenas um tipo de cidadão; homem, adulto, trabalhador e motorizado. Uma cidade cujo espaço público não é cenário de encontro e entretenimento, mas sim uma realidade impregnada de graves problemas de trânsito, congestionamento, insegurança e poluição.

O Projeto se propõe a ouvir as crianças, questionar seu ponto de vista, ouvir suas ideias, protestos e propostas, para fazer com que as políticas públicas sejam imbuídas da singularidade e força do pensamento infantil. Pensamento do qual, infelizmente, nós, adultos, não nos lembramos mais.

Figura 24: As crianças e a sua relação com a cidade



Fonte: Tonucci, 2003.

O objetivo da Cidade das Crianças é colocar as crianças no centro das decisões políticas da cidade, sabendo que, como diz Tonucci, se uma cidade é boa para as crianças, será uma cidade boa para todas as categorias de cidadãos.

A Cidade das Crianças busca promover a independência de movimento das crianças, buscando fazer com que elas voltem a sair e andar pelas ruas de seus bairros sem medo. O Projeto pede aos prefeitos que mantenham um compromisso sério com o artigo 31 do Convenção sobre os Direitos da Criança que garante o direito das crianças de brincar, insistindo para que sejam tomadas todas as medidas necessárias para que as cidades sejam lúdicas, e que as crianças possam decidir onde, como e o que brincar.

O projeto “La città dei bambini” nasceu em Fano em 27 de maio de 1991. Nos anos seguintes, muitos presidentes de câmara italianos sentiram a urgência de adotar uma nova filosofia de governar a sua cidade, colocando a figura da criança no centro da agenda política.

A Rede Italiana foi formalmente fundada em 1996, com o objetivo de desenvolver um sentimento de pertença ao projeto, promovendo a discussão e a partilha de experiências. No mesmo ano, foi criado o laboratório internacional “A cidade das crianças” no Instituto de Ciências e Tecnologias Cognitivas do CNR. O Laboratório tem como objetivo proporcionar capacitação, apoio e coordenação às cidades que aderirem ao projeto.

As cidades italianas que aderiram ao projeto ao longo dos anos são quase 100. Ao aderir ao projeto, os prefeitos assumiram o compromisso de garantir o protagonismo infantil nos processos de tomada de decisão e devolver os espaços da cidade às crianças, mesmo que, de forma gradativa e parcial. Na época, em algumas cidades o projeto parou após a mudança da administração municipal, sendo um ponto de análise e decisão para política de estado bem instituídas e aprovadas como lei.

Entre as cidades italianas destacam-se experiências significativas e duradouras, como Fano (PU), San Giorgio a Cremano (NA), Pesaro, Malnate (VA) e Rescaldina (MI), marcadas por um forte compromisso da administração municipal e por um sólido laboratório de projetos.

As cidades recentemente aderidas, que aderiram formalmente à rede italiana, são: Mendrisio (2020), Macerata (2022), Luino (2022), San Vincenzo Livorno (2022), Portici (2023) e Isera (2023).

A cidade de Mendrisio/Itália aderiu ao projeto internacional A cidade das meninas e dos meninos. A intenção política precisa é contribuir para promover uma mudança de paradigma no governo da cidade, tomando a menina e o menino, em vez do adulto trabalhador autônomo, como referência de qualidade de vida social.

Desde a sua criação oficial, o Escritório para Famílias e Jovens coordenou e organizou dois Conselhos Infantis em colaboração com a escola e um Conselho Juvenil com as escolas secundárias.

Os membros do conselho são eleitos na 3ª e 4ª séries do ensino fundamental e na 2ª e 3ª séries do ensino médio.

Operacionalmente, o projeto inclui:

- A contribuição da infância e da juventude no desenho dos espaços públicos
- A possibilidade de ser ouvido, de discutir questões críticas identificadas, de fornecer ideias e sugestões à administração
- Garantir mobilidade independente para crianças na cidade.

Imagem 25: Conselho de Meninas e Meninos Legislatura 2022/2024



Fonte: Cidade de Mendrisio/Itália, 2025.

O trabalho dos Conselhos é legitimado por alguns artigos fundamentais da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança:

Art.12 - expressar livremente a sua opinião e fazer com que ela seja levada em consideração  
Art.3º - o interesse superior da criança nas decisões que lhe dizem respeito  
Art.13 - Liberdade de expressão  
Art.31 - Direito ao jogo e ao tempo livre

Em algumas Regiões foram ativadas colaborações e trocas de experiências, na Lombardia, a ANCI Lombardia promoveu reuniões e materiais para a promoção do Projeto, que produziram novas adesões, mantendo a relação com o Laboratório de Roma. Em Itália, a rede regional do Lácio está ativa desde 2014 no âmbito do projeto “Lácio, a região das meninas e dos meninos”.

Para fortalecer a coordenação a nível nacional e conectá-la às demais redes de projetos (Lácio, Itália, Espanha e América Latina), o Laboratório Internacional promove reuniões e seminários de formação dirigidos aos representantes das cidades recentemente aderidas (administradores, coordenadores e representantes de do Projeto), produz materiais de estudo sobre o Projeto, como os três Manuais (reeditados recentemente pela editora Zero a Seis), um para cada uma das atividades do projeto e ativa pesquisas sobre participação e autonomia infantil.

### 4.3 Freiburg - Alemanha: uma cidade comprometida com a criança e a natureza

A cidade de Freiburg na Alemanha, é considerada uma das cidades biofílicas mais reconhecidas do mundo, sendo uma referência no planejamento sustentável, que integra a natureza com a vida urbana e é considerada amigável para as crianças.

O estudo de caso desta cidade permitiu conhecer experiências que atentam para soluções de sustentabilidade urbana e qualidade de vida; políticas públicas; pesquisas e inovações sobre a relação da criança com a cidade; e sua participação no planejamento urbano.

Antes de tudo, vale salientar que a cidade tem uma longa tradição de proteção ao meio ambiente. Segundo os registros de Leal (2017), na década de 1970, um projeto de construção de usinas nucleares no entorno mobilizou os moradores, que fizeram três anos de resistência. Até apresentarem uma outra alternativa de fonte de energia que afastou o projeto de usinas. O envolvimento de moradores e professores da universidade foi tanto que eles seguiram mobilizados. E esse envolvimento se reflete até hoje, tornando Freiburg uma referência de cidade mais verde e humana.

Em Freiburg no bairro Vauban, um modelo de distrito residencial sustentável que depois da Segunda Guerra Mundial teve os quartéis abandonados na região foram ocupados por artistas, estudantes e pessoas com baixa renda. Aos poucos foram transformando o entorno e na década de 1990 foi realizado junto com o poder público um planejamento urbano do bairro (Leal, 2017). Ele foi pensado para que tivesse baixo consumo de energia, pouca circulação de carro e ruas em que crianças, bicicletas e pedestres pudessem conviver de maneira harmônica.

Atualmente nas cidades de médio porte há cerca de 65 carros para cada 100 habitantes, em Freiburg esse número cai para 42 e em Vauban para 17. Os cerca de 5.500 moradores do bairro são incentivados a não ter carro. E para aqueles que têm, há um estacionamento na entrada do bairro, já que parar nas ruas não é permitido. As ruas são amplamente sinalizadas para que a velocidade dos carros não ultrapasse os 30 km/h (Leal, 2017).

Imagem 26: Mapa da Cidade de Freiburg - Alemanha



Fonte: Org Criança e Natureza, Leal 2017.

Em Vauban existem os *grünspange* (áreas verdes), espaços de convívio ao ar livre com alguns recursos naturais e parquinhos que permitem a criança brincar livremente em contato com a natureza. São troncos de árvores, espaços com areia e cascalho; escorregadores e balanços. Mas cada *grünspange* é de um jeito, isso porque os moradores de cada área participaram da sua construção e seguem contribuindo com sua manutenção (Leal, 2017).

Imagem 27: Conselho Comunitário em formação



Fonte: Cidade de Freiburg-Alemanha - Leal, 2017.

Além dessas áreas de convívio, segundo registros da Organização Criança e Natureza (Leal, 2017), há praças comunitárias onde ocorrem feiras, encontros e festas dos moradores. Vimos também pelas ruas do bairro códigos para que as crianças reconheçam a área em que estão, as cores das casas, de alguns mobiliários, por exemplo, são indicativos. Isso permite uma autonomia ainda maior das crianças que circulam por ali.

E com relação a segurança a comunidade tem como ação manter o bairro vivo e com isso aumentar a sensação de segurança. O aspecto vivo (luz, loja, restaurante, pessoas) substitui o sistema de monitoramento e vigilância, relato de Andrea Burzacchini, fundador da Aiforia (Leal, 2017).

Com um planejamento básico e iniciativas de baixo custo, aliados a participação dos moradores, em conjunto com o poder público, Vauban nos mostra que é possível sim trazer mais natureza para as nossas vidas e para as nossas crianças.

Ainda no bairro Vauban, existe um *Kinderabenteuerhof* (site em alemão), sítio de aventura das crianças. Um espaço para que as crianças tenham experiências de atividades rurais e contato direto com a natureza. Lá elas podem ficar livremente entre galinhas, porcos e ovelhas. Ou participar das atividades desenvolvidas no local, que vão desde dar comida para os animais, até a produção de pão (Leal, 2017).

O parque faz parte de uma associação federal que dá apoio e suporte para o funcionamento de sítios de aventura pela Alemanha. Além de ser um espaço para crianças, de manhã há duas turmas de pré-escola no local. A “aula” é quase sempre do lado de fora, “uma educação sustentável só é possível pela experiência (fazer, cheirar, sentir) para assim poder criar marcas na memória e favorecer o aprendizado”, contou o diretor do sítio, Joachim Stockmaier (Leal, 2017). Para Joachim, os riscos devido o livre contato com a natureza são fundamentais, “aqueles que não experimentam riscos na infância terão uma dificuldade enorme de encarar riscos reais mais tarde”.

Além de receber crianças e famílias, o sítio também abre as portas para outras escolas. Segundo Stockmaier, no Plano de Estadual de Educação há uma diretriz que incentiva o trabalho das escolas em espaços que propiciam a experiência junto à natureza. Isso facilita a formação de parcerias entre escolas públicas municipais e os sítios de aventura (Leal, 2017).

Imagem 28: Sítio comunitário



Fonte: Cidade de Freiburg-Alemanha - Leal, 2017.

O sítio se preocupa também em incluir todos da comunidade, há um trabalho para garantir a inclusão de crianças com deficiência e aquelas recém chegadas na região. Com a política nacional de conceder asilo para imigrantes, o sítio passou a trazer esses novos moradores para o convívio social. “Não queremos servir só para uma parte da cidade, queremos oferecer o sítio para todos”, ressaltou Stockmaier (Leal, 2017).

Nesta cidade alemã existe um projeto de integração intercultural por meio da horticultura. Desde julho de 2016, está em funcionamento esta comunidade intercultural e inclusiva nesse espaço: não importa de onde você vem, qual língua você fala, quantos anos você tem, se você tem uma deficiência ou não, se você tem conhecimento em jardinagem ou não, todos trabalham juntos e se divertem (Leal, 2017). A horta coletiva que não tem muro, nem portas, foi idealizada pelo proprietário do terreno que cedeu o espaço para que qualquer pessoa pudesse contribuir e desfrutar. As pessoas podem contribuir para o local com doações voluntárias ou com 12 horas de trabalho anuais nas hortas.

E neste espaço as crianças são os grandes elos que conectam as famílias que frequentam (Leal, 2017). No começo não havia um planejamento próprio para elas, mas aos poucos as crianças foram surgindo espontaneamente e passaram a se envolver em tudo. Uma parceria com o sítio de aventura, que fica ao lado, tem levado cada vez mais crianças para a horta.

Imagem 29: Sítio comunitário



Fonte: Cidade de Freiburg-Alemanha - Leal, 2017.

Imagem 30 Sítio comunitário



Fonte: Cidade de Freiburg-Alemanha - Leal, 2017.

Imagem 31: Horticultura comunitário



Fonte: Cidade de Freiburg-Alemanha - Leal, 2017.

Imagem 32: Passeios e permanência comunitário



Fonte: Cidade de Freiburg-Alemanha - Leal, 2017.

Fazer algo para as crianças é fazer algo para todos, e neste sentido Leal (2017) destaca que a ideia de ter mais espaço livre para as crianças, é um ganho para todos.

Em Freiburg é possível percorrer grandes caminhos de bicicleta, o objetivo desta iniciativa é mostrar para os municípios o desequilíbrio na circulação de pedestres com relação ao carro, e em seguida apresentar soluções para promover uma mobilidade segura em áreas de tráfego moderado e espaços livres para as crianças usando pouco recurso (Leal, 2017).

Imagem 33: Bicicletário na Cidade de Freiburg-Alemanha



Fonte: Leal, 2017.

Imagem 34: Ciclofaixas Em Freiburg - Alemanha



Fonte: Leal, 2017.

A motivação para começar esse movimento foi a constatação de que as crianças passam hoje em dia mais tempo dentro de casa do que do lado de fora. Assim como, o uso de tecnologia vem diminuindo as habilidades motoras das crianças e contribuindo para o aumento da obesidade infantil (Leal, 2017). Outra motivação foi o grande tráfego de carros que havia na entrada e saída das escolas, por isso começaram a pensar em maneiras de atrair as famílias para percorrerem o caminho a pé ou de bicicleta, instalando brinquedos pelas calçadas e tornando mais divertido para as crianças. Nada como uma cidade amigável e com propostas lúdicas para as crianças para incentivá-las a circular e brincar livremente, afirma Leal (2017) em seus relatos.

Atualmente, 22 cidades do estado aderiram a campanha e já estão implementando medidas que contribuem para a circulação segura das crianças. Cada administração recebe apoio técnico para realizar essas mudanças e, principalmente, para promover uma articulação intersetorial entre as diferentes secretarias do município.

Fazem parte das sugestões mapear os possíveis trajetos até as escolas para fazer “caminhos brincantes”, que incentivem as crianças a irem a pé. Outra proposta é oferecer de maneira ativa aos moradores ruas de lazer temporárias, espaços voltados para o brincar e fechadas para os carros, iniciativa semelhante às ruas de lazer, que existem em alguns municípios brasileiros.

Segundo Leal (2017) há cidades que gostaram tanto da ideia da campanha, que mudaram sua maneira de gerir o espaço como um todo. Em Mülheim, por exemplo, foi instituído um “plano diretor para o brincar”, já o município de Aachen estabeleceu como um dos pré-requisitos para novas construções o bem estar das crianças.

O processo de elaboração do plano tem a participação das famílias e isso inclui as crianças também. Elas ajudam no reconhecimento dos aspectos negativos da cidade e ajudam na transformação desses ambientes. O envolvimento da criança é uma forma de considerar seu ponto de vista em relação à cidade e também funciona como uma maneira de educar para praticar cidadania. A participação de todas as secretarias também é importante para que os agentes públicos se sintam responsáveis pelo assunto e pelas mudanças a serem implantadas.

Imagem 35: Passeios da comunidade por Freiburg-Alemanha



Fonte: Leal, 2017.

O sucesso da campanha nas cidades é devido principalmente a cooperação entre as secretarias e o envolvimento dos moradores. E o grande desafio é seguir transformando mais cidades com um custo baixo e que os planos não fiquem apenas no papel (Leal, 2017).

Quanto ao sistema de mobilidade de Freiburg, é considerado sustentável e amigável para as crianças. A mobilidade urbana para ser sustentável não deve levar em conta apenas as fontes de energia do automóvel, que é preciso diversificar os meios de transporte, equilibrando os diferentes meios em um sistema modal, constituído por pedestres, carros, transporte público e bicicletas. E em Freiburg podemos dizer que houve muitas conquistas em relação ao estímulo ao uso da bicicleta (Leal, 2017).

Além de campanhas, incentivos e políticas públicas, houveram algumas mudanças, tais como, a redução de velocidade dos automóveis, ruas mais estreitas, poucas vagas para carros, barreiras para impedir a circulação de automóveis em certas áreas e no trânsito, a prioridade é sempre das bicicletas. Outro ponto importante é que não há nas ruas de Freiburg espaços delimitados para a bicicleta, como ciclovias, “se é a prioridade no trânsito, as bicicletas não podem ficar segregadas a uma faixa”(Leal, 2017).

Existem ainda um espaço dedicado às crianças e suas bikes, que possui um circuito com sinalização de trânsito para que elas possam treinar suas pedaladas com segurança. As crianças maiores de 7 anos são incentivadas a realizarem esse treinamento para que possam circular pela cidade com maior autonomia. Administrada pelo município, a iniciativa faz parte de uma política nacional, que exige a implementação de espaços como este em todas as cidades da Alemanha (Leal, 2017). Assim, desde pequenas, as crianças são estimuladas a terem a bicicleta como meio de transporte prioritário.

Em dezembro de 2006, a partir da Convenção da ONU sobre os direitos de pessoas com deficiência, foi aprovado um plano de ação nacional, que tem como principal objetivo tirar a questão das políticas para inclusão de um sistema de assistência social e levá-lo para um sistema de direitos iguais, considerando a autodeterminação das pessoas com deficiência (Leal, 2017).

A cidade é uma referência para a sociedade civil na questão da inclusão, pois as prioridades da atuação dos gestores públicos são para espaços públicos sem barreiras, moradias sem barreiras. E também para garantir ofertas de trabalhos qualificados, assim como áreas de lazer e cultura. Para que tudo isso aconteça de maneira efetiva é fundamental o apoio da Prefeitura (Leal, 2017).

Imagem 36: Espaços para brincar com elementos orgânicos



Fonte: Leal, 2017.

Imagem 37: Brinquedos disponíveis nos parques e praças



Fonte: Cidade de Freiburg-Alemanha - Leal, 2017.

Imagem 38: Elemento lúdico “cobra” que compõe jardim na cidade Freiburg-Alemanha



Fonte: Leal, 2017.

Sobre o Conselho de Crianças e Jovens da Kinderhifswerkes, trata-se de um grêmio oficial formado por crianças eleitas na cidade, que interage regularmente com a prefeitura e a câmara local. Muitas ideias surgiram a partir de um evento intitulado como a “Oficina dos Sonhos” para pensar nas melhorias que gostariam para a cidade. Foi a partir dessa experiência que o Conselho foi montado (Leal, 2017).

Atualmente existe um conselho estadual, reunindo crianças das diferentes cidades, e estão em movimento para criar um conselho nacional para que todas as crianças da Alemanha possam ser representadas. Todavia, existem desafios, pois, “muitos políticos acham que as crianças custam mais do que contribuem” (Leal, 2017), eles não entendem que “quando um adulto leva a sério o que uma criança tem pra falar, vai olhar com outros olhos o mundo”.

Imagem 39: Brinquedos disponíveis para brincar nos parques e praças



Fonte: Cidade de Freiburg-Alemanha - Leal, 2017.

A maior preocupação é de como as crianças estão cada vez mais afastadas das ruas e do brincar ao ar livre, atualizando esses momentos por atividades internas e eletrônicas. A prefeitura de Freiburg, preocupada com essa questão, recomendou uma pesquisa para entender como as crianças se relacionam com o espaço urbano e identificar locais adequados para o brincar.

A pesquisa revelou que a forma como as crianças vivenciam uma infância impactante na cidade, e que é importante não apenas criar espaços específicos para elas, mas também valorizar áreas como pontos de ônibus e terrenos baldios. O projeto foi criado para criar ambientes acessíveis, seguros, interessantes e interativos, que atrásem tanto crianças quanto adultos, mantendo o risco como parte da natureza

E foi na implementação desse projeto da Prefeitura de Freiburg que entra na história a Bagage (site em alemão), uma oficina de ideias pedagógicas que reúne uma equipe interdisciplinar com arquitetos, pedagogos e sociólogos. A associação planeja e constrói espaços para o brincar livre pela cidade de Freiburg.

Os líderes do projeto entendem que “a cidade serve para a aventura. A gente não precisa só de parques, precisamos de uma cidade inteira brincante, esse é o futuro” (Leal, 2017). A associação propõe ideias criativas, que misturam mobiliários e elementos da natureza, o plantio de arbustos, a preservação dos relevos acidentados, um desvio do rio, são algumas das iniciativas.

Procurando priorizar sempre os espaços naturalizados, que se trata de uma arquitetura viva, que muda ao longo do tempo, afinal “o paraíso não é mobiliado” (Leal, 2017). Mas quando há o pedido por equipamentos, eles optam por uma linguagem com formas e cores que trazem uma perspectiva mais lúdica.

“A chance para uma infância feliz depende da qualidade dos espaços. E não precisam ser lugares muito planejados, as crianças podem se apropriar deles e transformá-los” (Leal, 2017). As crianças precisam de coisas para brincar e não de brinquedos prontos.

Imagem 40: Parque construído com madeira do local em formato orgânico



Fonte: Leal, 2017.

Imagem 41: Placas de trânsito em Freiburg-Alemanha



Fonte: Leal, 2017.

Imagem 42: Elementos orgânicos que integram o brincar e o encontro de pessoas



Fonte: Leal, 2017.

Em Freiburg existem parquinhos vazios e com equipamentos regulares, que foram as construtoras que criam tais ambientes como uma contrapartida para a cidade, mas as crianças não procuram aquele espaço. Todavia, em uma praça grande onde há 20 anos foi implementado um projeto com a participação das crianças, que no meio da praça havia um buraco, resultado da explosão de uma bomba da Segunda Guerra Mundial, algo que foi mantido no projeto original da praça. Infelizmente, a Prefeitura tirou o buraco e parte da vegetação, alegando falta de segurança que acabaram desconfigurando algumas propostas (Leal, 2017).

Imagem 43: Parques construídos com madeira local em formato orgânico



Fonte: Leal, 2017.

Imagem 44: Escorregador instalado em local de passagem de crianças



Fonte: Leal, 2017.

As pré-escola no bairro de Vauban as crianças passam mais tempo do lado de fora e livres para criar. E de preferência os materiais usados na natureza, são materiais da natureza. De um lado da escola há um espaço naturalizado, com lama, água, pequenos esconderijos feitos de galhos. Do outro, mobiliários também planejados, mas as crianças preferem ficar no espaço natural, conforme ressalta Leal (2017).

Em Freiburg, há cerca de 30 escolas na floresta, a maioria começou com o movimento dos pais. “Esta é a melhor forma de uma criança se desenvolver, elas estão em movimento o tempo todo e vivenciam a vida real no meio da floresta” (Leal, 2017). A rotina na floresta começa de manhã com um círculo para simbolizar o início do dia e em seguida elas ficam livres para brincar.

Conhecer a atuação dos gestores e profissionais desta cidade alemã mostra que o trabalho, do começo ao fim, está comprometido em garantir uma cidade acolhedora e amigável para crianças. Permitindo que elas se apropriem desde de cedo dos espaços públicos. Respeita e, acima de tudo, honra a infância.

Imagem 45: Escolas com florestas



Fonte: Leal, 2017.

Imagem 46: Crianças brincando com fogo em escola da floresta



Fonte: Leal, 2017.

O projeto “Detetives da cidade” surgiu da pesquisa realizada pelo Instituto de Ciência Social Aplicada (FIFAs) em 1993, que procurou identificar os espaços de ação da criança pela cidade. Dez anos depois da realização da pesquisa, um grupo de pessoas se questionou: o que mudou? O que precisa melhorar? Então concluíram que para poderem avaliar o que precisaria melhorar na cidade, deveriam perguntar aos maiores interessados: as crianças.

A partir daí surgiu a associação Kind und Umwelt (Associação Criança e Meio-Ambiente, em tradução livre) e em 2004 criaram os Detetives do Bairro, para que as próprias crianças expressassem como está o entorno delas. Assim, em parceria com escolas, os voluntários, que fazem parte da iniciativa, desenvolveram um questionário para que as crianças observassem ao longo de seus trajetos o que estava bom e as barreiras no caminho ou lugares que pudessem ser perigosos do ponto de vista delas (Leal, 2017).

Entre as ferramentas para coleta de informações das crianças, foram utilizados mapas dos trajetos que as crianças fazem no bairro, onde elas qualificaram os espaços entre bom, médio ou regular. No final, todos esses lugares avaliados pelas crianças foram reunidos em um único mapa. Os resultados dos detetives foram apresentados para diferentes atores da cidade, moradores, polícia, secretaria de trânsito, e para as próprias crianças. Com os resultados em mãos, os Detetives do Bairro conseguiram sensibilizar a prefeitura e aos poucos algumas coisas foram mudando, como melhorias em praças e sinalização de trânsito nas ruas próximas às escolas. O projeto já foi realizado em oito bairros da cidade, a ideia é que isso continue pela cidade toda.

Em Freiburg é possível observar diferentes aspectos e articulações para construir uma cidade amigável para as crianças. Educadores, arquitetos, servidores públicos, moradores, especialistas em mobilidade urbana, secretaria de inclusão e acessibilidade, colaboram na construção de um caminho para um novo conceito de cidade, sendo fundamental o diálogo e o respeito à infância e valorizar a presença da natureza.

Nesta cidade alemã, as crianças vivem mais presentes nos espaços públicos, brincam nas ruas, praças e parques, se locomovem em bicicletas, são ouvidas em suas necessidades, relacionam-se com a natureza no dia a dia e são consideradas no planejamento da cidade. E tudo isso acontece agora, depois de muitos anos de mobilização e participação dos diferentes atores da sociedade, que continuam trabalhando para tornar a cidade mais amigável para a criança.

Os estudos de caso colaboram significativamente neste estudo, sobretudo pelos pontos destacados a seguir:

#### O que encontramos de diferente em uma cidade amigável às crianças?

- Adesão a pelo menos um dos programas de assessoria para o planejamento urbano: Urban 95; Cidade Amiga das Crianças - UNICEF; Cidade das Crianças - Itália;
- Plano Diretor atualizado com frequência e criado de modo participativo com a comunidade;
- Princípios claros e objetivos quanto ao atendimento das crianças;
- Monitoramento dos programas, projetos e normativas, aprimorando quando é necessário;
- Foco no atendimento aos direitos das crianças, na legislação e na implantação concreta de projetos e ações práticas;
- Implementação de projetos simples a curto prazo, e projetos complexos com longo prazo, contemplando a manutenção dos equipamentos públicos;
- Investimento na conscientização coletiva e participativa, dividindo o compromisso, pois todos cuidam dos espaços;
- Implantação de agenda cultural e atividades físicas em diversos espaços que atendam diferentes idades;
- Harmonia entre o desenvolvimento econômico, social, cultural e ecológico;
- Investimento planejado priorizando os projetos que atendem as demandas das crianças;
- Plano Diretor tem continuidade, mesmo após mudanças de gestores;
- Concepção e conhecimentos sustentados pela sociologia da infância e colocados em prática nos projetos urbanos;
- Consciência ambiental e compromisso com o futuro;
- Manutenção e criação de espaços com elementos naturais, tendo biofilia como prioridade nos projetos arquitetônicos.

Começa agora uma nova análise, para pensar em pontes, redes e ações que essas experiências exitosas mobilizam e desafiam a elaborar iniciativas que façam sentido no contexto brasileiro. Pensar em uma cidade amigável a criança é planejar ações que garantam a sua presença no espaço público. Todos podemos contribuir para desemparedar as crianças em nossas cidades.



# 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

## 5.1 Políticas Públicas para a infância e o Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor de Vilhena (2006) descreve no capítulo II, seção I o desenvolvimento humano e qualidade de vida, e inclui em seu Art.22 as crianças em ações do poder público que devem garantir a transversalidade das políticas buscando alterar a lógica da desigualdade e discriminação nas diversas áreas. No Art. 26 destaca que os objetivos, diretrizes e estratégias previstas no plano estão voltadas para o conjunto da população do município, incluindo as crianças.

No Art.37 da assistência social, inciso II, reconhece o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outras formas participativas e de controle da sociedade civil, ou seja, há previsão legal de participação social.

O plano sugere implementar de forma transparente e participativa o Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FUMUCRAD), criando e aperfeiçoando mecanismos de captação de recursos públicos ou privados.

No Art.38, parágrafo 2º há citação sobre ações estratégicas para garantir a proteção e direito das crianças, com ações de âmbito intersetorial com caráter socioeducativo e que favoreçam a expressão e o interesse pela arte, cultura, esporte e lazer.

Na subseção III que trata da Circulação Viária e Transportes, são objetivos desta política “I - garantir e melhorar a circulação e o transporte urbano proporcionando deslocamentos que atendam às necessidades da população; II - priorizar o transporte coletivo ao transporte individual; III - reduzir a ocorrência de acidentes e mortes no trânsito; IV - tornar o sistema de transporte coletivo um provedor eficaz e democrático de mobilidade e acessibilidade urbana; V - adequar o sistema viário, tornando-o mais abrangente e funcional, especialmente nas áreas de urbanização incompleta, visando à sua estruturação e ligação interbairros; VI - ampliar e melhorar as condições de circulação de pedestres e de grupos específicos, como idosos, portadores de deficiência especial e crianças; VII - garantir a universalidade do transporte público”.

Ainda sobre as ações estratégicas da Política de Circulação Viária e de Transportes, Art.78, II, consta a criação de “programa de adaptação dos logradouros para melhorar as condições de circulação de pedestres e de grupos específicos, como idosos, portadores de necessidades especiais e crianças”.

O plano apresenta no Art.79 objetivos da política de Áreas Públicas: “I - planejar a implantação dos equipamentos sociais de acordo com a demanda atual e projetada e com a infraestrutura, o acesso, o transporte e demais critérios pertinentes; II - tornar obrigatória a elaboração de plano de ocupação, reorganização e revitalização de áreas de médio e grande porte, de forma a evitar a ocupação desordenada por vários equipamentos sociais dissociados urbanisticamente e em relação aos seus usos; III - prever a integração dos espaços públicos com o entorno, promovendo, junto aos órgãos competentes, os tratamentos urbanísticos e de infra-estrutura adequados; IV - otimizar o uso das áreas públicas para cumprimento das funções sociais da Cidade”.

Outro item importante tratado no Art. 85 diz respeito a Política de Paisagem Urbana, tendo os seguintes objetivos “I - garantir o direito do cidadão à fruição da paisagem; II - garantir a qualidade ambiental do espaço público;

Continuamos a análise no item III - garantir a possibilidade de identificação, leitura e apreensão da paisagem e de seus elementos constitutivos, públicos e privados, pelo cidadão; IV - assegurar o equilíbrio visual entre os diversos elementos que compõem a paisagem urbana; V - favorecer a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano; VI - disciplinar o uso do espaço público pelo setor privado, em caráter excepcional, subordinando-o a projeto urbanístico previamente estabelecido, segundo parâmetros legais”.

As análises sobre a legislação vigente no município de Vilhena-RO, demonstra que há menção, apresentando uma visão global da criança como sujeito de direitos (pilar I), no entanto não foi identificado itens sobre a participação das crianças, sendo um posicionamento importante de escuta e atendimento às demandas dessa faixa etária (pilar II).

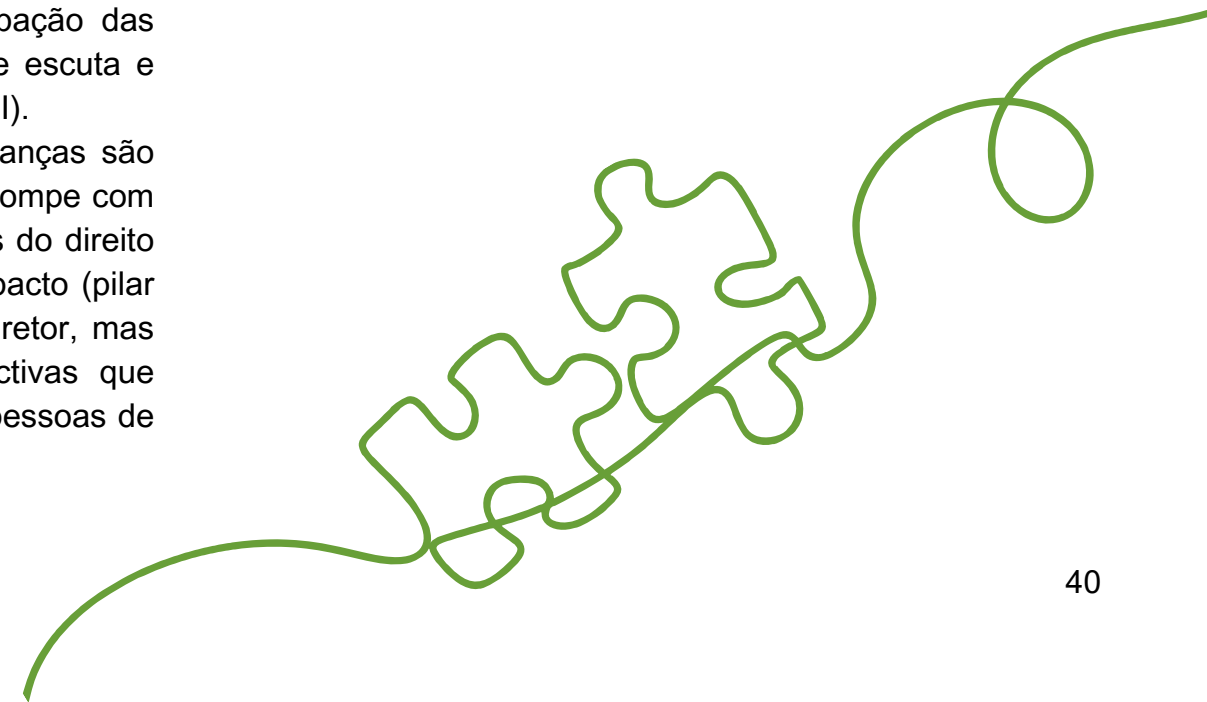
As estratégias baseadas nos Direitos das Crianças são levadas em consideração, visto que a norma não rompe com a hierarquia das leis, havendo menção e garantias do direito (pilar III), e por fim consideramos a análise do impacto (pilar IV), não está claramente apresentado no plano diretor, mas de modo indireto apresenta objetivos e perspectivas que abarcam em termos de atendimento ao grupo de pessoas de 0 a 12 anos.

O plano diretor é um documento fundamental, o primeiro passo para implementação de projetos urbanos coerentes com as demandas. Todavia, refletindo sobre a utilidade dos planos diretores, retomando as teorias de Villaça (2001), no Brasil os PD tendem a servir apenas como uma cortina de fumaça tecnicista para escamotear as práticas arcaicas de (não) planejamento que servem, com ou sem plano diretor, exclusivamente aos interesses dos grupos dominantes.

Outro ponto é que os processos participativos, tão importantes na tomada de decisão, são muitas vezes puro jogo de cena, e muito pouco do que os planos estabelecem se aplica. Na verdade, grande parte dos instrumentos urbanísticos ali contidos são autoaplicáveis e poderiam até ser utilizados pelo poder público independentemente do plano diretor.

O plano analisado necessita de instrumentos auto-aplicáveis, sendo aqueles que entram em vigor imediatamente após a aprovação do plano diretor, sem depender de regulamentações ou ações futuras do poder público. Em outras palavras, são dispositivos que não necessitam de decretos, leis complementares ou outras medidas administrativas para serem implementados.

Na prática, muitos dos mecanismos previstos nos planos diretores acabam não sendo aplicados justamente por dependerem de regulamentações posteriores, que podem ser adiadas indefinidamente por interesses políticos ou econômicos.



## 5.2 Urbanização, espaços públicos e o atendimento às especificidades infantis

Algumas das etapas realizadas nesta investigação levaram em consideração a perspectiva do Plano Urban95, onde por meio de observação e anotações em um checklist foi possível criar um diagnóstico dos espaços públicos na região central da cidade de Vilhena, estado de Rondônia, onde há duas praças e nas proximidades escolas públicas e privadas, instituições bancárias e cooperativa, posto de saúde, igrejas, enfim, uma área central da cidade de Vilhena, contendo diferentes tipos de fluxos e vias de trânsito (via rápida, via arterial, via coletora e via local), bem como rotatórias e semáforos.

Imagem 47: Localização do estudo em Vilhena-RO



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2024.

Imagem 48: I - Praça Padre Ângelo Spadari



Fonte: Goggle Earth, 2024.

O estudo foi realizado em equipamentos públicos denominados Praça Padre Ângelo Spadari (I) e Praça Nossa Senhora Aparecida (II), e seus respectivos entornos, localizado no Setor Centro. A escolha deste local decorre pela variedade de serviços e por se tratar de um marco histórico para o desenvolvimento urbano da cidade.

Visando ilustrar de forma sintética aplicou-se uma classificação em cada item observado, conforme segue nos quadros, corroborados pelas imagens e análises a seguir.

Imagem 49: II - Praça Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Goggle Earth, 2024.

Quadro 1: Equipamento Público itens prioritários e desejáveis

Equipamento (espaços externos e internos)	1	2	3
Acessibilidade		X	
Locais de descanso com mobiliário confortável		X	
Fraldário/trocador			X
Local confortável para amamentação		X	
Sanitária família			X
Pinturas e grafismos brincantes		X	
Sombra/arborização	X		
Lixeiras lúdicas e acessíveis			X
Bebedouros com altura adequada para crianças			X
Espaços de brincar naturalizados		X	
Maior parte dos materiais naturais			X
Cantinho para leitura interno ou ao ar livre			X
Incentivo a brincadeiras e interações com a criança			X
Áreas de brincar	X		
Mobiliários lúdicos			X
Plantas, flores e árvores		X	
Horta educativa			X
Mobiliário com dimensões adequadas para a primeira infância			X

Fonte: Adptado do Programa Urban95 (Schaida, 2024).

Legenda: **1**- Atende; **2** - Atende parcialmente; **3** - Não atende

No quadro 1 nota-se que os espaços analisados atendem apenas aos itens de sombra, arborização e áreas de brincar, os demais itens não são ofertados à comunidade, e isto revela a ausência de prioridade para a infância bem como a falta de cumprimento do plano diretor em itens desejáveis para aquele tipo de espaço. Os espaços de brincar naturalizados são marcados apenas por gramados, havendo limitação pelas calçadas que são divididas por empreendedores e pessoas em circulação, seja de bicicleta ou pedestres.

As imagens a seguir demonstram que não há conhecimento sobre a importância de ofertar espaços e parques naturalizados para as crianças, tendo inclusive a baixa manutenção como um indicativo positivo.

Imagem 50: **Praça I** - Espaços de brincar



Fonte: Da Autora (Schaida, 2024)

Imagem 51: **Praça II** - Espaços de brincar



Fonte: Da Autora (Schaida, 2024)

Os parques naturalizados possibilitam que as crianças brinquem de forma mais ativa, livre e criativa; Aumentam a rede de áreas verdes urbanas, mantendo a permeabilidade do solo; Podem ser instalados em praças, terrenos baldios, escolas, condomínios, clubes; Respeitam as características do terreno e reaproveitam materiais já existentes; Custam menos, têm implantação rápida e envolvem a comunidade no seu planejamento; Ajudam crianças e adolescentes a desenvolverem um vínculo afetivo com a natureza; Proporcionam sombra, regulam a temperatura e podem produzir alimentos; Promovem encontros entre gerações e reconectam os adultos com a sua infância.

Outro item importante na pesquisa revelou que não são espaços com acesso à água, sanitários e locais de alimentação com níveis ideais de salubridade. Infelizmente o comportamento de degradação da comunidade unido a ausência de manutenção dos serviços públicos promovem praças sem este atendimento.

O brincar com água, areia e terra são possíveis todavia de modo não planejado, isto pode ocorrer por iniciativa pura e seimpoles das crianças, que não advem de estímulos propriamente de um brincar pensados nelas.

Imagem 52: **Praça I** - espaço de alimentação, sanitários e acesso à água



Fonte: Da Autora (Schaida, 2024)

Quanto ao mobiliário urbano observa-se que há alguns itens (bancos, ponto de ônibus, lixeiras, coletores, floreiras) porém a quantidade e os modelos não atendem quantitativamente e em termos de designer e materiais não há padrão e muito menos uma manutenção adequada. Em termos estéticos e ergonômicos estes itens não atendem aos usuários, em especial às crianças.

Imagem 53: **Praça I**: Imobiliário - bancos, ponto de ônibus,



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Tonucci (2003) defende a participação infantil no planejamento urbano e nas políticas públicas que priorizem a mobilidade ativa, como ruas seguras e espaços lúdicos, e neste estudo percebe-se que não há garantia para ambientes urbanos mais inclusivos. Corsaro (2013) e Sarmiento (1997) reiteram que As crianças criam e compartilham sua própria cultura dentro dos grupos infantis, e nas análises esta oportunidade não é objeto no planejamento urbano.

Nos espaços observados há uma variedade de árvores e gramado, entretanto observa-se pouquíssimas flores, plantas de forração, arbustos, e sem sistema de irrigação, o que é necessário para a região norte, visto que há meses de grande estiagem (junho a agosto). Não há elementos naturais como pedras, troncos, e espaços com acesso à água que instiguem o brincar.

Quadro 2: Intens prioritários e desejáveis sobre a Comunicação Visual

Comunicação visual	1	2	3
o Identificação visível do nome do equipamento			X
o Indicação de entrada e comunicação visual assertiva			X
o Sinalização horizontal e vertical na área externa			X
o Comunicação inclusiva e acessível			X
o Comunicação informativa			X
o Totens interativos			X
o Incentivo a brincadeiras e interações com a criança			X
o Painéis de CAA (Comunicação Aumentativa e Alternativa)			X
o Comunicação visual diversa		X	

Fonte: Programa urban 95, adaptado pela autora, 2024.

Legenda: **1** - Atende; **2** - Atende parcialmente; **3** - Não atende

Em termos de comunicação visual é possível identificar nas imagens que a sinalização de trânsito conforme indicado no Código Nacional, todavia não há comunicação informativa, interativa que incentivem atividades lúdicas. Ou seja, a comunicação é centrada no adulto e ou motoristas de automóveis, obviamente são placas necessárias, mas não deveriam ser as únicas formas de comunicação.

A título de exemplo apresenta-se a seguir algumas imagens criadas pela Organização Criança e Natureza, onde há notável preocupação com os espaços frequentados por crianças.

Pode parecer detalhes simplórios, todavia a definição de velocidade máxima para 30km por hora pode evitar acidentes. É uma imagem importante principalmente para quem dirige próximo de escolas, parques e praças. A sinalização de trânsito e travessia de crianças acompanhadas ou não pelos adultos, ajudam na segurança e respeito coletivo. A ideia é devolver os espaços públicos urbanos para os pequenos usufruírem da melhor forma possível.

Em Vilhena é notável um movimento da secretaria de trânsito no sentido de organizar os fluxos e minimizar os acidentes, tornando as vias centrais de mão única e espaço seguro para estacionar e caminhar, mas os estes itens de sinalização podem ser melhorados.

Imagem 54: Placas de sinalização sugeridas pela Org Criança e Natureza



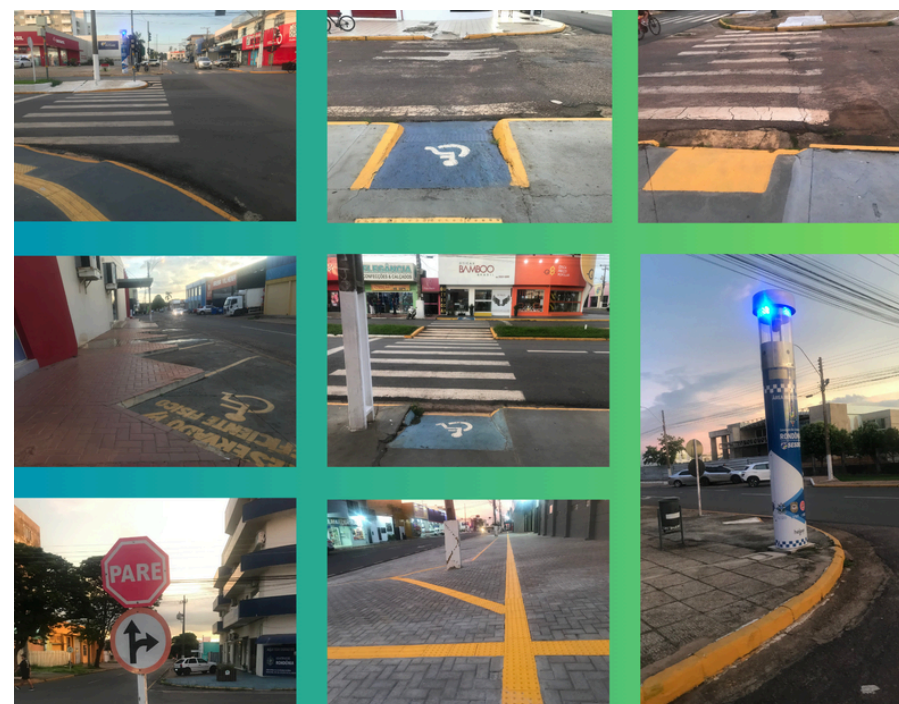
Fonte: Criança e Natureza Org, 2007.

Imagem 55: Placas, rampas, sinalização de trânsito local



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Imagem 56: Comunicação visual e sinalização



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Vale salientar que a ideia de ter ruas e travessias bem sinalizadas não significa dizer que as crianças transitem sozinhas, isso pode ocorrer eventualmente, e em cada condição avaliada por seus responsáveis, mas é sabido que as crianças precisam ser supervisionadas. Então, ruas bem sinalizadas são necessárias para todos, em diferentes ações, seja caminhar, dirigir veículos automotores ou guiar as bicicletas.

Por outro lado, considerando o aspecto social e cultural é possível que tenhamos muitas crianças transitando nas ruas sozinhas ou em pequenos grupos, seja para atividades de recreação, seja para escola ou trabalhos, enfim, o que preocupa é justamente a condição ideal e segura para que a cidade seja este espaço acolhedor e instigador de experiências e vivências de forma tranquila. Em Vilhena há espaços que permitem isto, mas ao longo da observação foi possível verificar desafios de locomoção por parte das crianças.

Quanto ao item incentivo a brincadeira e interações com a criança os jardins ou hortas comunitárias oferecem oportunidades para atividades intergeracionais, socialização, desenvolvimento de habilidades e atividades ao ar livre. Intervenções lúdicas podem ser um meio de promover a regeneração urbana e de criar locais vibrantes e divertidos.

Ações de fechar a circulação de veículos temporariamente para o uso das pessoas permite que comunidades se relacionem de forma mais próxima e segura com as cidades. Ruas abertas vêm sendo apontadas pelas Nações Unidas como a solução para crescentes problemas de poluição no entorno de escolas. Abrir ruas, mesmo que temporariamente, pode ser visto como mais um passo na construção de cidades mais humanas e que buscam oportunidades para as crianças aproveitarem atividades ao ar livre.

A gestão municipal de Vilhena/RO, como como a comunidade, precisa enxergar o desenho urbano por uma ótica que vai além do básico, pensar em soluções para atender às necessidades e vontades de famílias, que permitam o melhor aproveitamento do espaço. Cada intervenção pode ser transformada em uma chance para o aprendizado ou a criatividade infantil.

Quadro 3 : Itens prioritários e desejáveis nas áreas do entorno

Áreas do entorno do equipamento	1	2	3
o Travessia de pedestres	X		
o Rotas acessíveis	X		
o Bicicletário ou paraciclo			X
o Ciclofaixas ou ciclovias			X
o Transporte público até 150 metros do equipamento	X		
o Mobiliário urbano básico (iluminação, lixeiras, bancos)	X		
o Sombra/arborização	X		
o Lixeiras lúdicas e acessíveis			X
o Calçadas em boa condição			X
o Zona 30			X
o Áreas de brincar próximas	X		
o Locais de descanso	X		
o Pinturas e grafismos brincantes			X
o Mobiliários lúdicos			X
o Incentivo a brincadeiras e interações com a criança			X
o Rotas caminháveis protegidas			X
o Divisão de fluxos (veículos, ciclistas e pedestres)		X	

Fonte: Adaptado do Programa Urban95, 2024.

Legenda: **1**- Atende; **2** - Atende parcialmente; **3** - Não atende

O entorno do equipamento público é movido por diferentes serviços ofertados, tais como escolas, posto de saúde, Corpo de bombeiros, agências bancárias e lotéricas, escolas públicas e privadas, bem como instituições religiosas, em termos de travessia de pedestres e rotas atende à demanda, mas não existem ciclovias, calçadas em boas condições, lixeiras em quantidade suficientes e adequadas.

No quadro 3 e nas imagens 55 e 56, observa-se a ausência de adequação das ruas e avenidas, subutilizados e que deveriam estar em melhores condições para os usuários. As rotas não são caminháveis e pouco protegidas, com sinalização quase inexistente, e pouco visível. A indicação de “zona 30” ocorre apenas na avenida principal onde há um ponto de ônibus, porém próximos das escolas não foi identificado nenhuma placa com esta definição de velocidade.

Imagem 57: Lixeiras e floreiras - Praça I



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Imagem 58: Lixeiras, bancos e bicicletários - Praça II



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os mobiliários estão com baixa manutenção, sem a preocupação de haver padrão de materiais e designer, sem condições confortáveis de uso em muitos casos. Ao longo do percurso no centro da cidade é possível encontrar em grande número lixeiras, estacionamento para bicicleta, mas de fato a estética e conservação não é uma preocupação do setor público, e instalados de forma irregular (imagem n.57 e 58).

Algo bastante utilizado nas vias em termos de controle de velocidade é a lombada, possivelmente por ser considerada eficaz, fácil instalação e baixo custo. Há faixas de pedestres, mas sem manutenção, com pintura desgastada no pavimento. O projeto urbano pode fazer uso intenso dessas marcações visuais, o que se apresenta muito interessante para as crianças por chamar a atenção com simbologia simples de fácil compreensão.

Os itens constante no quadro 3 que dizem respeito ao uso de bicicletas como meio de transporte, contudo as vias priorizam o fluxo de veículos e motocicletas, não havendo reserva de espaço, devidamente sinalizado, de ciclofaixas ou ciclovias em pouquíssimos locais, visto no mapa a seguir.

Imagem 59: Ciclovias, ciclofaixas, rotas de bike em Vilhena/RO



Fonte: Google Maps, 2024.

O incentivo ao uso de bicicletas pode ocorrer por meio de projetos urbanos criados com este propósito, embasados em políticas públicas que colaboram com a qualidade do meio ambiente, sendo uma ação de sustentabilidade importante para a visão de futuro que contemplam todos, incluindo as crianças.

Neste momento da análise o enfoque recai sobre a questão das travessias, rotas, faixas, ciclofaixas, enfim, sobre os elementos que compõem as vias, sejam elas, ruas ou avenidas.

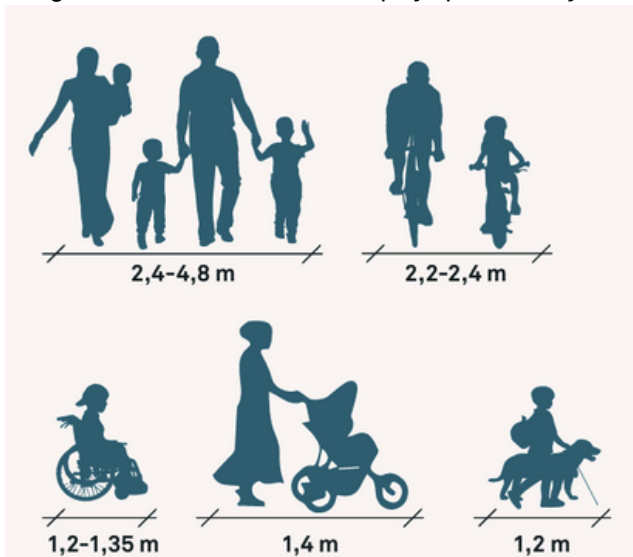
Ao projetar ruas para crianças, os principais objetivos e consequências devem ser a mobilidade independente e aprimorada e a qualidade dos espaços públicos. Assegure que a infraestrutura, as legislações, programas e prioridades gerais da cidade estejam alinhados com os princípios centrais para moldar ruas que sejam seguras e saudáveis, confortáveis e cômodas, além de inspiradoras e educativas.

Ao criar um ambiente que seja seguro, alegre, bonito e que encoraje a conexão entre as pessoas, o desenho de rua pode incentivar o desenvolvimento saudável de bebês, abrindo caminho para que eles se tornem crianças saudáveis, adolescentes saudáveis e adultos saudáveis.

E neste sentido constata-se que há pontos favoráveis na organização das vias de Vilhena/RO, especial na região analisada, onde a limitação do trânsito para 30km de velocidade, definição por mão única de veículos, e delimitação de espaços caminháveis são encontrados em todas as ruas e avenidas. Entretanto, nota-se que algumas alguns quesitos importantes não são contemplados, conforme assinalado no quadro 3.

As crianças têm necessidade específicas e nas ruas isso também precisa ser evidenciado, principalmente em termos de opções confiáveis de mobilidade, bem como de espaço.

Imagem 60: Necessidade de espaço para crianças na rua



Fonte: Adaptado do Guia Desenho Ruas para Crianças, 2019.

Além disso é preciso observar que as crianças precisam de lugares de descanso e permanência, que seja possível a promoção de interação social.

Identificando alguns desafios nas ruas e avenidas do centro de Vilhena/RO, tais como tráfego em alta velocidade, baixa visibilidade, falta de manutenção, principalmente nas calçadas, falta de contato com a natureza, ilhas de calor, baixa visibilidade em alguns locais, questões de segurança e poluição sonora em pontos e horários específicos.

Após estas contatações inferi-se sobre algumas práticas e possibilidades projetuais de resolução, sendo o primeiro indicativo estudo da equipe multidisciplinares da prefeitura municipal, visando implementar projetos em diferentes escalas, podendo ser planejamento municipal, do bairro, da quadra e ou do detalhe do espaço.

Imagem 61: Antes e depois de intervenção urbanística em Fortaleza/CE - Brasil



Fonte: Guia de Desenho de Ruas para Crianças, 2019.

A estratégia adotada nesta obra de Fortaleza/CE foi o aprimoramento com a pintura de novas travessias de pedestres, e a proteção com a remoção e estreitamento das faixas de tráfego, instalação de ilhas de refúgio, extensão do meio-fio. Lembrando que as ruas podem ser diferentes dentro da cidade, cada espaço pode ser dimensionado e atribuído funções e atividades diferentes, desde de que os princípios de proteção e prioridade à criança sejam um consenso.

Em Vilhena/RO seria oportuno utilizar estratégias semelhantes, com baixo custo de implantação e manutenção, sendo ideias comprovadamente bem sucedidas e que agregam para todos os usuários, principalmente nos entornos escolares.

Refletindo sobre o cenário atual de Vilhena/RO, há registros de avanços e tentativas no sentido de melhorar as condições urbanísticas, tais como:

- Reforma no Museu Casa de Rondon;
- Manutenção do Parque Ecológico criado como ação mitigatória de empreendimento mobiliário (Condomínio Boulevard);
- Instalação de parquinhos (madeira plásticas) em algumas praças.
- Organização das vias centrais em mão única, com instalação de placas e sinalização no pavimento;
- Instalação de redutores de velocidade e rampa elevadas em frente de escolas;
- Construção de pistas para ciclistas e pedestres (Av. Presidente Nasser).
- Delimitação de ciclofaixas (Avenida 30, Setor BNH).
- Redimensionamento de algumas rotatórias e acessos da BR 364.

Medidas como travessias coloridas e bem sinalizadas ou espaços compartilhados redefinem o uso das vias, ajudam na conscientização dos pedestres e incentivam atividades de rua. Em Vilhena/RO não foi constatado nenhuma intervenção neste formato, o que é conhecido tecnicamente como urbanismo tático.

Esse modelo de intervenção no espaço urbano surge a partir da decadência do modelo de planejamento urbano estatal, buscando respostas rápidas a problemas relacionados ao espaço público, que supostamente exigiriam um processo longo e burocrático por parte do Estado para serem solucionados.

Para ilustrar, foi analisado a Avenida Capitão Castro, localizada no centro de Vilhena/RO (imagem 62), se configura como comercial estreita com um espaço viário total de 12 m. Ela tem alto tráfego de veículos, mas a maior parte do espaço é dedicada a uma faixa de tráfego de mão única, mas de duas vias, e ao estacionamento de carros. As calçadas são muito estreitas (0,5 m) e às vezes com baixa manutenção do pavimento, sem arborização, exceto em frente de escola e praças, onde é possível usufruir de algumas vegetações.

Vejam que a referida avenida tem espaço muito interessante e permite diferentes desenhos, tanto na proposta 1 quanto na proposta 2 a prioridade é dedicada aos pedestres e ciclistas. São medidas que aos poucos vão instruindo as pessoas a respeitarem os espaços públicos, fazendo melhor usos e com embelezamento que é interessante também nesta área comercial da cidade.

Uma ação interessante do executivo municipal seria mapear bairros a partir do olhar das crianças. Ao observar o espaço urbano, poucas pessoas vão enxergar mais detalhes do que as próprias crianças. Problemas e oportunidades podem ser mapeados de forma mais ampla e criativa quando se ouve mães, pais e crianças. Mapear e monitorar elementos que interessam às crianças em suas jornadas diárias ajuda a tornar seus caminhos mais acessíveis, e isto precisa ser aprimorado na cidade de Vilhena/RO.

Essas propostas visam minimizar o domínio dos carros nas cidades, considerado uma das principais barreiras aos ambientes voltados para as crianças e um fator decisivo para que os pais impeçam seus filhos de serem mais independentes na questão da mobilidade. O desenho urbano deve priorizar a segurança de todas as pessoas, especialmente as crianças.

Outro ponto é colocar o pedestres em primeiro lugar, que estão entre os usuários mais vulneráveis das vias, pode ser garantida através da adoção de limites mais baixos de velocidade e outras opções de moderação de tráfego. Áreas com menos trânsito de veículos ou as chamadas áreas calmas criam ambientes mais seguros para as crianças conseguirem espaço para brincar e socializar.

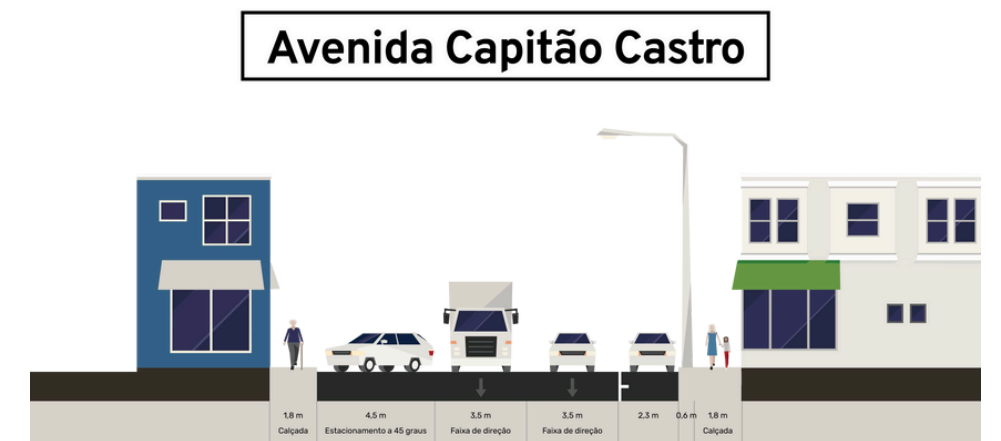
Infraestrutura verde funcional pode ajudar em vários sentidos, inclusive associado a capacidade que as cidades precisam desenvolver em resposta às mudanças climáticas, adaptando seu desenho urbano. Uma rede de intervenções de infraestrutura verde pode transformar as áreas urbanas existentes em espaços multifuncionais que armazenam e desviam o excesso de água durante chuvas fortes. Espaços verdes são importantes para diversos usos e propósitos, mesmo em pequena proporção como sugerido nas figuras 3 e 4. Até mesmo os terrenos de escolas, praças, canteiros largos, podem ajudar a superar problemas de alagamentos, de qualidade do ar e ilhas de calor. Intervenções pequenas podem ganhar escala e serem aplicadas em toda a cidade, construindo uma rede de resiliência.

Imagem 62: Avenida Capitão Castro em 2024.



Fonte: Google Earth, 2025.

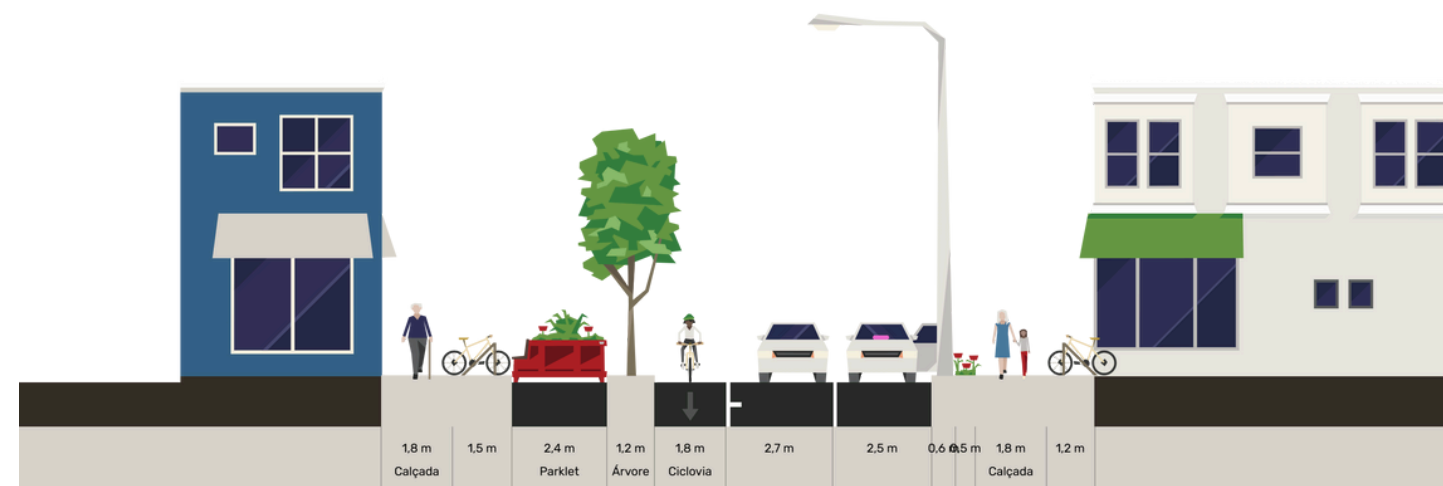
Figura 2: Avenida Capitão Castro - Vilhena/RO



Fonte: Elaborado pela autora via StreetMix, 2025.

Figura 3: Av. Capitão Castro - Vilhena/RO

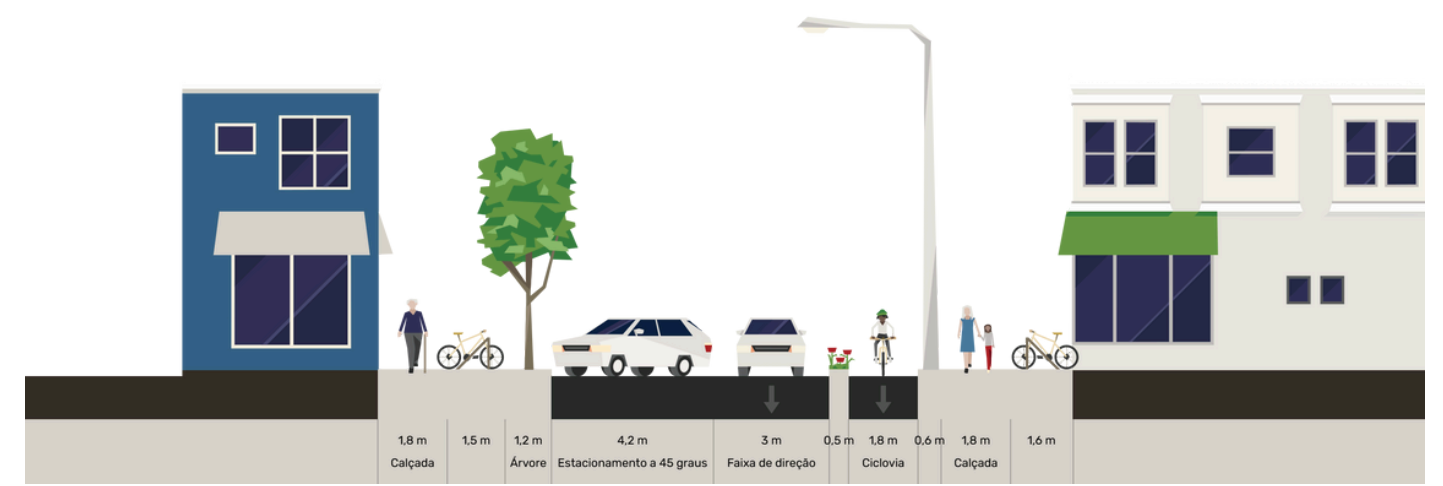
## Avenida Capitão Castro - Proposta 1



Fonte: Elaborado pela autora via StreetMix, 2025.

Figura 4: Av. Capitão Castro - Vilhena/RO

## Avenida Capitão Castro - Proposta 2



Fonte: Elaborado pela autora via StreetMix, 2025.

Imagem 63: Avenida Major Amarante - Proposta de Intervenção Urbana para Vilhena/RO



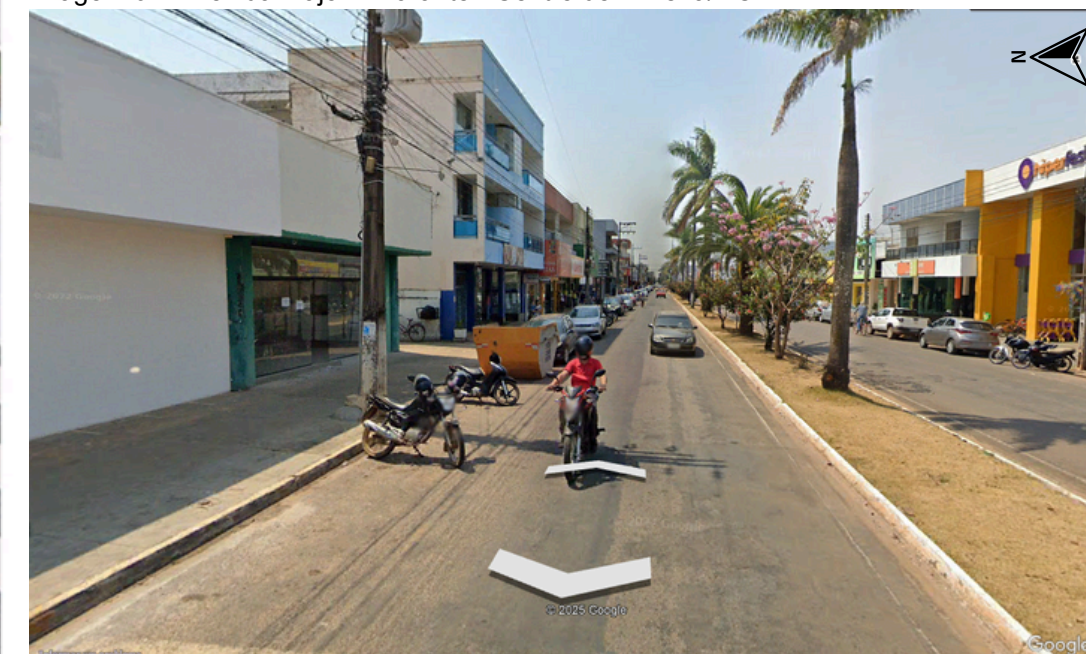
Fonte: Jaime Lener Arquitetos Associados, 2019.

Nas imagens 63 e 64 temos a Avenida Major Amarante, no centro de Vilhena/RO, sendo uma imagem atual (n.64) e uma proposta de intervenção urbanística (n.63) elaborada pelo renomado grupo Jaime Lener Arquitetos Associados (2019). É facilmente notável que esta proposta prioriza os pedestres, organiza o trânsito de forma segura e os espaços arborizados e verdes, com áreas dinâmicas e adaptáveis, que reativam passagens vazias ou subutilizadas e trazem a natureza de volta ao centro da cidade. Cidades devem ter por objetivo melhorar a relação das crianças com a natureza através de ambientes verdes e saudáveis como visto nesta proposta n.63.

A maneira dos espaços públicos criados podem influenciar na relação que a população e os mais jovens terão com o local. A participação social em projetos locais tende a desenvolver um sentimento de apropriação do local, diminui atos de vandalismo e, conseqüentemente, os custos de manutenção.

As cidades, em geral, são a representação do mundo para as crianças. Tudo o que elas veem nas suas rotinas é o que elas reconhecem como seu universo. Portanto, pode virar um aprendizado na perspectiva dos pequenos. Até mesmo canteiros de obras podem se tornar lugares atraentes e educacionais para a comunidade local, por exemplo, ao ensinar lições de trabalho em equipe, planejamento e noções de desenho.

Imagem 64: Avenida Major Amarante - Centro de Vilhena/RO



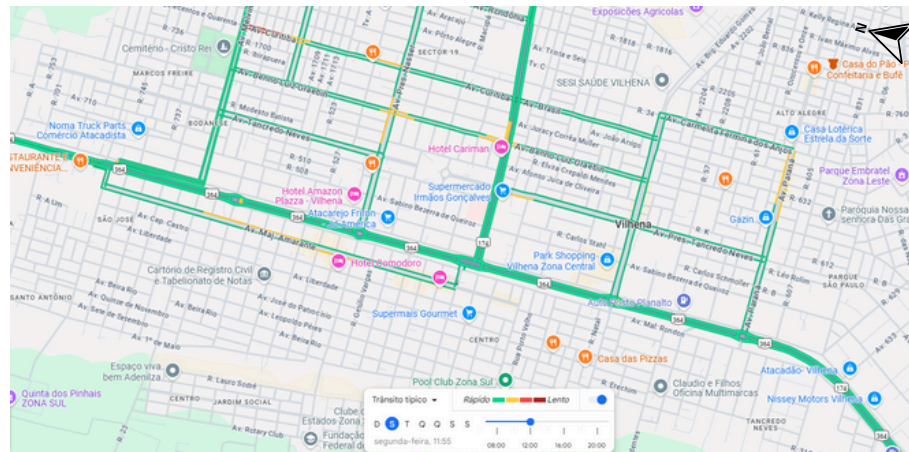
Fonte: Google Earth, 2025.

Retomando pontos do quadro 3, sobre a travessia de pedestres na cidade de Vilhena pode ser considerada complexa de com alto risco, pois existem vias largas (BR 364, Avenida Major Amarante, dentre outras) que não são confortáveis para realizar o percurso, logo não são rotas caminháveis e seguras, principalmente para os pequenos.

Além disso as calçadas não estão em boas condições (vide imagem 67 e 68), tornando a acessibilidade um dos grande desafios das vias públicas no município, sem norma que define limites, dimensões, materiais, texturas, acessos, conforme é possível perceber nas imagens registradas.

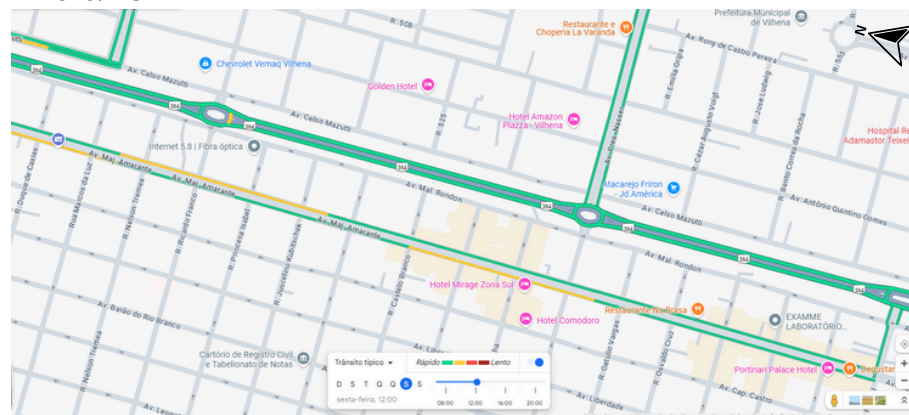
Nos mapas a seguir o enfoque se dá para a divisão dos fluxos entre pedestres, ciclistas e veículos, bem como os níveis de prioridade. Nota-se que não há uma divisão clara e respeitosa com os pedestres, mesmo que numa visão do alto tenhamos uma condição geométrica e organizada da cidade, no cotidiano os fluxos são conturbados e com alto índice de acidentes.

Imagem 65: Principais vias e fluxos na área de estudo - Centro de Vilhena/RO



Fonte: Google Earth Pro, 2024.

Imagem 66: Principais vias e fluxos na área de estudo - Centro de Vilhena/RO



Fonte: Google Earth Pro, 2024.

Imagem 67: Praça I - Caminhos carroçáveis e calçadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Imagem 68: Praça II - Caminhos carroçáveis e calçadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A apresentação ao longo deste estudo demonstram que a estética ainda não é compreendida como necessária no projeto urbanístico. Retomando a justificativa de De Botton (2007), onde a beleza arquitetônica está intimamente associada à felicidade e ao bem-estar das pessoas, sobretudo das crianças. A estética urbana necessita de planejamento e manutenção recorrente, em consequência agregará muito aos fatores de visitação, comércio local, e o principal causando a sensação de acolhimento e bem estar com a paisagem.

A produção de um espaço belo não implica necessariamente investimentos de grande cifras, pois é possível criar parques, praças e espaços públicos diversos com elementos naturais, valorizando as riquezas existentes, considerando que os estudos sobre desenvolvimento infantil sugerem mais contato com a natureza, com diferentes texturas e espécies de plantas, enfim, a beleza pode estar na simplicidade das flores e vegetações.

Retomando a ideia de criação de espaços de convivência relacionado à estética de praças, calçadas e ruas não deve ser apenas funcional (para circulação de pessoas e veículos), mas também atrativa e convidativa, promovendo o encontro social e a interação entre os habitantes.

Bem como a integração da natureza, pois o design urbano moderno valoriza cada vez mais a integração de elementos naturais no ambiente construído, como jardins urbanos, árvores, lagos artificiais e parques. Isso não só melhora a estética da cidade, mas também traz benefícios ecológicos e psicológicos.

A estética urbana contemporânea também envolve uma abordagem sustentável. O uso de materiais ecológicos, energias renováveis e a criação de espaços verdes são vistos como fundamentais para a criação de um ambiente urbano que seja esteticamente bonito e responsável com o meio ambiente.

Diante do exposto, o espaço urbano analisado não leva em consideração tais atributos e as virtudes das construções, sendo relacionados a ordem, equilíbrio, elegância, coerência e autoconhecimento.

Todavia, o projeto urbano de Vilhena não representa tais entendimentos e concepções conforme demonstra as imagens 67 e 68.

Quadro 4: Elementos prioritários e desejáveis

Programação e atividades	1	2	3
Programação cultural para gestantes, cuidadores e primeira infância			X
Programação de visitação para gestantes, cuidadores e primeira infância			X
Atividades ao ar livre para gestantes e primeira infância			X
Programação educativa para gestantes, cuidadores e primeira infância			X

Fonte: Adaptado do Programa Urban95 (Schaida, 2024).

Legenda: **1**- Atende; **2** - Atende parcialmente; **3** - Não atende

A região central de Vilhena/RO é marcada por espaços culturais e tradicionais, e estes por sua vez contém elementos que remetem e incentivam a educação cultural e as tradições locais tornam-se ativos para a vida urbana inclusiva e lúdica. Diferentes formas de intervenções nas cidades podem alterar áreas construídas ou espaços públicos com o objetivo de preservar a cultura e o patrimônio da área. O planejamento sensível ao contexto local incentiva a criança a se relacionar afetivamente com a sua cidade ou bairro.

Outra análise traz referência aos espaços multigeracionais, onde os elementos tornam os locais adequados para qualquer geração podem elevar a interação e a troca entre crianças e idosos. Isso pode ser feito através de espaços de permanência, com atividades mais interativas ou contemplativas. Opções que fomentam o intercâmbio entre as diversas gerações, como jardinagem, por exemplo, podem ajudar a reduzir o isolamento entre os idosos e estimular sentimentos de compaixão e empatia nos mais jovens. Felizmente há em Vilhena algumas praças que trazem esta referência, dentre elas as Praças I e II analisadas.

Na imagem a seguir é possível verificar que há edificações e monumentos históricos interessantes no equipamento público estudado, o que indica uma valorização dos antepassados, da história, mesmo que estes estejam com a manutenção precária, exceto as arquiteturas religiosas que tem como mantenedoras a instituição religiosa. Estas acabam se destacando na paisagem por terem uma estética agradável.

Imagem 73: Monumentos, espaços de eventos e templos religiosos



Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Elementos lúdicos, como arte pública ou projetos criativos em ônibus ou estações de transporte, por exemplo, estimulam a criatividade como parte dos deslocamentos e atividades.

Transformar ambientes institucionais, como o entorno de escolas e outras instalações comunitárias, transforma áreas em espaços de relacionamento da comunidade e pode incentivar a prática de esportes e recreação.

Imagem 74: Proposta de reforma na Feira Municipal - Centro de Vilhena/RO



Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados, 2019.

No quesito programação e atividades foram identificadas ações criadas com esta finalidade, costuma ocorrer eventos religiosos, feiras de artesanatos, campeonatos esportivos (skate e vôlei de areia) e eventualmente apresentações culturais no coreto. Os eventos ocorrem por iniciativa da comunidade local, associações e Fundação Cultural do município. Diante do exposto é possível inferir que não há intencionalidade do poder executivo nos projetos urbanos bem como a sua utilização de forma democrática e programada a fim de valorizar os espaços lúdicos e criativos.

Os quatro quadros de registros das observações evidenciaram os elementos prioritários e desejáveis, logo, o intuito foi refletir sobre os elementos mínimos para aqueles que exigem mais investimento, manutenção e conseqüentemente planejamento, entretanto os itens indicam o ideal em termos de espaço público que reverberasse o direito da criança.

A seguir a análise irá permear as questões legais, expondo a compreensão sobre o que e como o plano diretor deve abarcar para considerar a criança como favorecido principal nas políticas públicas municipais.

### 5.3 Relações entre público e privado, antigos e novos porcionamentos urbanos

Uma análise a ser considerada diz respeito a dicotomia entre público e privado na cidade de Vilhena/RO, onde o direito à cidade possivelmente não é tema discutido, e por isso teria condições de fazer uma melhor distribuição e planejamento dos espaços, todavia fica evidente que a questão econômica pesa nas decisões do executivo e legislativo municipal.

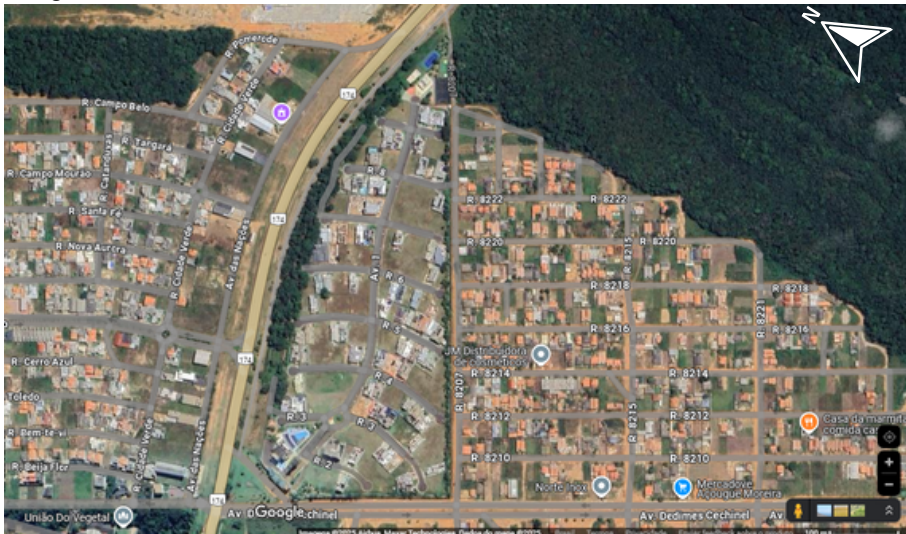
A título de exemplo, realizando um paralelo entre os loteamentos e condomínios onde os lotes são privados, comercializados por empreiteiras, sendo Loteamento Praças de Vilhena (imagem 71), Condomínio Boulevard (imagem 70) e Condomínio Campos Elísios (imagem 69) e loteamentos para habitação de interesse social Residencial União e residencial Maria Moura (imagem 72).

Imagem 69: Condomínio Campos Elísios - Vilhena/RO



Fonte: Google Earth Pro, 2025.

Imagem 70: Condomínio Boulevard - Vilhena/RO



Fonte: Google Earth Pro, 2025.

É notório a diferença de espaço dedicado para as vias, equipamento público, iluminação, saneamento, enfim, toda infraestrutura acaba por revelar uma concepção social e econômica distorcida em termos de distribuição dos espaços direito à cidade.

A instalação de condomínios ocorre porque há demanda, mas historicamente segrega a comunidade e traz grandes desafios para gestão pública. Todavia se espaços coletivos fossem melhor estruturados, como os casos estudados, muito provavelmente a demanda por bairros fechados não fosse a primazia no país.

A defesa cabe em termos de harmonia na cidade, visto que a criação de um plano diretor, com um projeto urbano exequível não é tarefa fácil, mas é possível buscar referências em projetos bem sucedidos, e entender que investir em espaços urbanos qualitativos e belos implica uma devolutiva social e responsável com as crianças, não deve ocorrer em detrimento do espaço privado ou dificultando a economia local.

Imagem 71: Loteamento Praças de Vilhena/RO

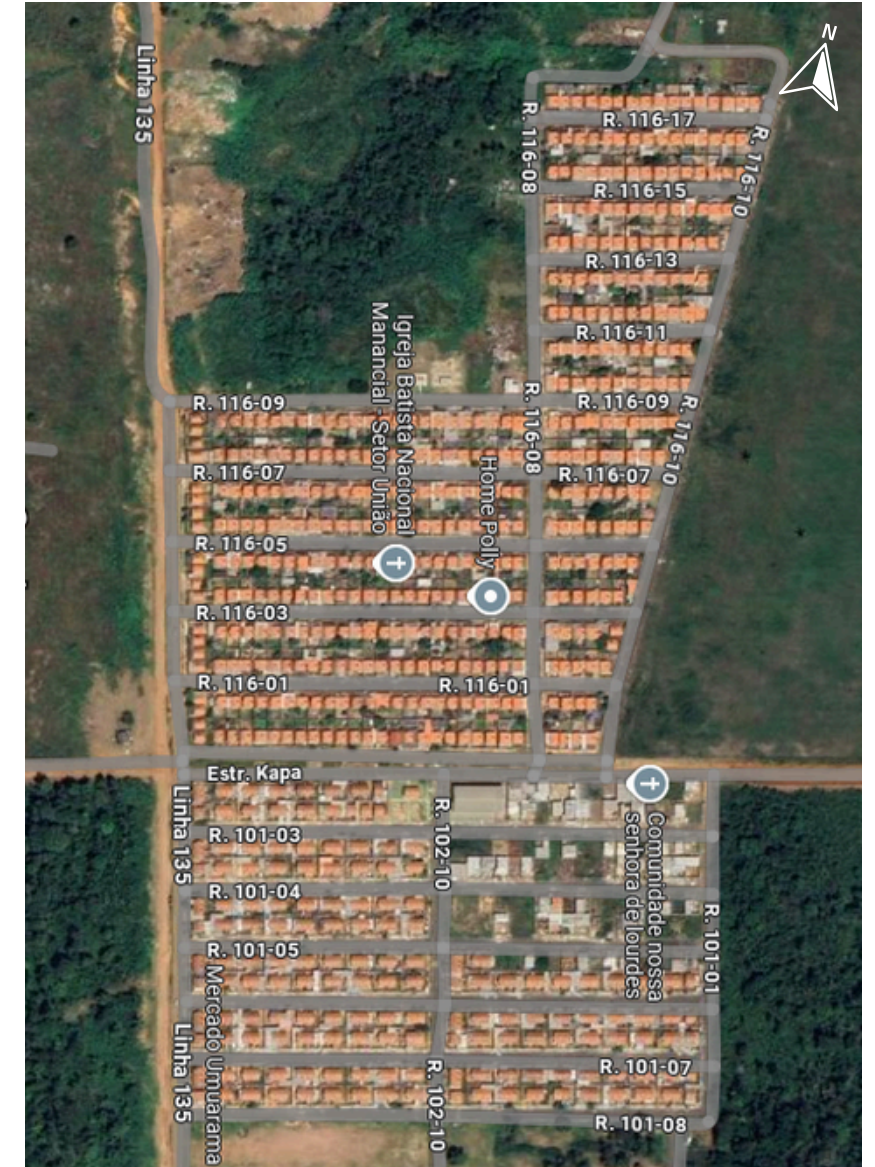


Fonte: Google Earth Pro, 2025.

É neste sentido que Rose (Rose, 2019) defende o projeto de cidade em harmonia, onde os elementos culturais, sociais e econômicos estão interligados e impulsionando o outro.

Como exemplo de soluções urbanísticas é possível citar diversos conceitos, dentre eles o “DOTS” (2018), que seriam ricamente utilizados de forma pública, sem cercear o espaço. A concepção das “cidades jardim” envolveria a criação de uma série de pequenas cidades capazes de combinar, simultaneamente, os benefícios de ambos os contextos. Outra solução seria “corredores verdes”, sendo ações que protegem, gerenciam de forma sustentável e restauram ecossistemas naturais ou modificados, abordando desafios sociais de forma eficaz e adaptável, proporcionando simultaneamente bem-estar humano e benefícios para a biodiversidade.

Imagem 72: Residencial União e Residencial Maria Moura - Vilhena/RO



Fonte: Google Earth Pro, 2025.

#### 5.4 Plano Diretor de Vilhena: ações e paralelo com propostas exitosas

Os gestores municipais de Vilhena, eleitos para atuarem nos anos de 2018 a 2022, liderado por Eduardo Toshiya Tsuru, contrataram o escritório Jaime Lerner Arquitetos Associados para desenvolver uma consultoria e planejamento de desenvolvimento urbano para os próximos 30 anos, focado na Macroestruturação Urbana, Projetos Estratégicos e Ações Imediatas.

O trabalho realizado para Vilhena/RO, foi pautado na construção de planos positivos para o seu desenvolvimento, atuando em 3 grandes frentes: a modelagem de uma estruturação urbana adequada aos novos tempos (crescimento, adensamento, mobilidade), a proposição de projetos estratégicos de sustentação à visão de futuro (parques multifuncionais conectados por uma 'macro malha' verde, revitalização de praças e do Centro Cívico, requalificação da BR 364) e formulação de projetos de ação imediata (Calçadão de Pedestres, Jardim Botânico, Aldeia-Centro de Convenções, Novo Mercado), como resposta às necessidades e desejos da população.



Com especial atenção às questões ambientais, os temas propostos especificamente-se em suporte significativo para a revisão do Plano Diretor Municipal, em face dos imensos potenciais latentes do município. Dito isto com base nas informações disponíveis no site do escritório de Jaime Lerner, arquiteto curitibano já falecido, analisamos alguns pontos.

Considerando o investimento público, um valor alto agregado na contratação deste estudo, porém não houve avanços, nenhuma aplicação ou ação persiste a partir das propostas elencadas no estudos urbanístico realizado, possivelmente dado aos custos e mudanças no quadro do poder executivo e legislativo de Vilhena.

Logo, este é um dos grades desafios no Brasil, regulamentar os planos diretores e projetos urbanísticos para que sejam Projeto de Estado e não de governo, para que mesmo com a alternância de poder, as ações planejadas e provisionadas no orçamento sejam de fato executadas.

Visando diversificar a análise quanto ao plano diretor de Vilhena/RO, optou-se por realizar um paralelo entre o que existe em termos de legislação no município de Jundiaí/SP, sendo este um dos municípios reconhecido como Cidade Amigável às Crianças, conforme estudos de caso.

Figura 5: Comparativo Plano Diretor Municipal

	 <b>Vilhena/RO</b>	 <b>Jundiaí/SP</b>
Plano Diretor atual	<b>2006</b> <b>Lei n.2065</b>	<b>2022</b> <b>Lei n.9844</b>
Última atualização	<b>2006</b> <b>(ações de revisão pararam em 2019)</b>	<b>Em fase de aprov. minuta em 2024/2025</b>
Citações sobre a criança ou infância	<b>Há 16 registros no texto, mas não sendo prioritário.</b>	<b>Em 2022 incluiu Política da Criança na Cidade</b>
Participação democrática na elaboração	<b>Não</b>	<b>Sim, Incluindo a escuta das crianças</b>
Execução	<b>Parcialmente, sem intencionalidade ou base na lei.</b>	<b>Constantemente, conforme projetos em andamento.</b>
Avaliação Revisão mínima, a cada 10 anos	<b>Sem previsão</b>	<b>Fórum de avaliação ativo para versão 2025 (minuta de lei)</b>
Documento complementares	<b>Não constam</b>	<b>Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI- 2023)</b>
Certificações e assessorias conquistadas	<b>Sem registro</b>	<b>Cidade Amiga das Crianças (Unicef) Rede Urban95-BR</b>

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Este quadro indica que Vilhena/RO não observa os quesitos mínimos da Lei Federal n.10.257/2001, que trata das diretrizes gerais de política urbana, visto que não tem o principal instrumento obrigatório, sendo este o plano diretor atualizado.

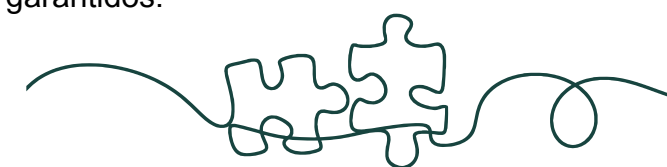
Os planos diretores das cidades brasileiras são instrumentos importantes para o planejamento urbano e para a ordenação do território, mas, na prática, muitos desses planos não são totalmente executados, o que possivelmente ocorre no município de Vilhena/RO. Existem diversos fatores que explicam essa desconexão entre o planejamento formal e a implementação efetiva.

Retomando aqui os apontamentos de Villaça (2001) inferindo que os planos diretores são elaborados de forma tecnicamente adequados, mas falham em integrar as necessidades sociais e econômicas da população, principalmente das camadas mais vulneráveis.

Consideramos aqui alguns aspectos citados nos quadros de observação que são relevantes do Programa Cidade Amigas das Crianças, sendo o primeiro obter uma visão global da criança, logo há citações no Plano Diretor de Vilhena-RO que indicam a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos das crianças, todavia é contemplado no texto, mas as observações indicam que as ações ainda não alcançaram efetivamente a garantia destes direitos para as crianças vilhenenses.

No critério de participação é preciso levar em conta as opiniões e perspectivas das crianças tanto na proposta quanto na avaliação das ações. Não foi possível identificar menção sobre a sensibilização e capacitação sobre formas de participação efetiva das crianças na legislação, e na observação dos espaços percebe-se que não foram prioritárias nas escolhas e adequações. Possivelmente por não compreenderem as crianças como sujeitos dotados de maturidade e experiência vivenciada para emissão de opinião, assim como descreve as pesquisas de Vasconcelos (2022).

No que tange ao critério estratégia baseada nos direitos da criança, há menção no Art.38, todavia entendemos que é fundamental ver as crianças como sujeito dotados de capacidades de participação nas definições dos espaços em que elas estão inseridas, então não há indícios de que estes direitos estejam garantidos.



Seguidamente, o critério listado trata-se da análise do impacto, ou seja, o plano não consagra prioridades específicas e metas com prazos temporais relevantes para todas as medidas previstas, inclusive está defasado, visto que os planos precisam ser revistos a cada dez anos. Neste sentido, embasados nos indicativos de Corsaro (2011) e Sarmiento (2000), é fundamental haver um diagnóstico local, elencar as políticas e medidas que respondam às necessidades identificadas pelos cidadãos e pequenos cidadãos, na perspectiva de garantir um desenvolvimento infantil mais próspero e significativo em termos de urbanização.

Historicamente houve em Vilhena movimento por parte do executivo para atualização do Plano Diretor (PD), bem como contratação de consultoria que elaborou um planejamento urbano, e isto precisa ser considerado, pois pode ser um ponto de partida e houve investimento de verba pública para tal.

A seguir estão listados algumas questões que implicam na não concretização dos plano diretores em grande parte das cidades, incluindo a cidade Vilhena/RO, embasados nos guias e estudos de caso:

- Falta de Vontade Política: A implementação dos planos diretores enfrenta obstáculos devido a interesses imediatos, pressões econômicas e desafios de governança.
- Mudanças de Gestão: A alternância de prefeitos e gestores pode levar à descontinuidade ou adaptação das iniciativas de planejamento.
- Pressão de Grupos de Interesse: Setores como empreiteiras e especuladores podem influenciar governantes para flexibilizar a execução do plano em benefício próprio.
- Falta de Recursos Financeiros: A limitação de orçamento dificulta a execução de projetos essenciais, comprometendo o desenvolvimento sustentável das cidades.
- Orçamento Municipal Insuficiente: Os recursos da cidade muitas vezes não cobrem todas as necessidades previstas no plano diretor.
- Dependência de Repasses Federais e Estaduais: A execução das políticas pode ser comprometida pela instabilidade ou demora nos repasses de outros níveis de governo.

- Conflitos de Interesses e Falta de Transparência: Disputas entre moradores, empresas e investidores podem levar a omissões ou alterações no plano para favorecer grupos específicos.
- Interesses Imobiliários: Pressões do mercado imobiliário podem resultar em mudanças no plano diretor para favorecer áreas lucrativas, agravando processos de gentrificação.
- Falta de Participação Popular: A baixa transparência e o pouco envolvimento da população reduzem a fiscalização e permitem distorções na implementação do plano.
- Fragmentação e Desarticulação entre Órgãos e Governos: A falta de integração entre diferentes esferas de governo e secretarias municipais prejudica a execução do planejamento urbano.
- Descoordenação entre Órgãos Públicos: A ausência de comunicação entre secretarias leva a iniciativas isoladas e ineficazes, comprometendo a efetividade do plano.
- Conflitos entre Níveis de Governo: A desarticulação entre os governos federal, estadual e municipal compromete a execução das políticas urbanas.
- Problemas com Cadastro e Regularização Fundiária: A ocupação informal e a falta de regularização fundiária dificultam a implementação do plano diretor, gerando conflitos de terra e despejos.
- Risco Social e Falta de Políticas Públicas: Áreas periféricas e ocupações informais frequentemente são negligenciadas pelo planejamento urbano, sem prioridade para regularização e urbanização.
- Ineficácia na Fiscalização e Monitoramento: A falta de acompanhamento contínuo prejudica a execução das ações previstas no plano diretor, sendo importante estabelecer quando e como será reavaliado.
- Carência de Recursos Humanos e Técnicos: A fiscalização eficiente exige profissionais capacitados e recursos adequados para monitorar a execução dos projetos, o que nem sempre está disponível.

Superados estes tantos pontos que corroem a gestão pública quase que no cenário nacional, é possível compreender a complexidade de elaborar coletivamente um plano diretor municipal e executar com êxito. Todavia, há registros de gestores públicos que criaram e aplicaram, vide estudos de caso Capítulo 5, dentre tantos outros. Mesmo com pequenas ações, gradativamente, é importante ouvir ideias que emergem da comunidade, sendo identificado isso em Vilhena/RO, então, é possível vislumbrar as mudanças construindo uma cidade amigável com as crianças e para elas.

Imagem 74: Proposta de ampliação para a Prefeitura Municipal - Vilhena/RO



Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados, 2019.



**6**  
**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partindo da premissa deste estudo que buscou compreender quais as políticas públicas vigentes para o atendimento às demandas arquitetônicas e urbanísticas da criança na cidade de Vilhena-RO, configurando, intencionalmente, em uma cidade amiga das crianças e com visão de futuro.

Considerando ainda os objetivos específicos que organizaram o percurso investigativo, sendo possível conhecer detalhadamente o texto do plano diretor municipal de Vilhena-RO, vigente e aprovado em 2006, onde observou-se que a referida legislação está desatualizada, necessitando de mobilização técnica e convocação da comunidade de modo a colaborar com metas e propostas para o futuro.

Realizado o estudo do “Guia da Cidade Amiga da Criança” (UNICEF, 2016) o que subsidiou a análise e entendimento do plano diretor municipal vigente e mudanças necessárias.

Em relação aos estudos de caso, sendo do Brasil, da Itália e Alemanha, reforçaram as análises ao conhecer cidades que realizaram adesão e receberam o título de “cidade amiga das crianças” e que de fato priorizam os pequenos cidadãos no projeto urbanístico.

Foram avaliados os aspectos das políticas públicas do município de Vilhena/RO, refletindo se configuram ou não como uma cidade que respeita e prioriza a infância, o que nos trouxe diversos indicadores positivos, outros nem tanto. Foram elencamos algumas concepções e aspectos que indicam um possível planejamento urbano em prol da infância e desenvolvimento qualitativo de Vilhena/RO, todavia sem a devida intencionalidade.

As considerações pertinentes aos resultados e descobertas dizem respeito primeira ao conceito de plano diretor, sendo este um importante documento que defende o direito à cidade das crianças é um documento estratégico que orienta o desenvolvimento urbano de maneira a garantir que as cidades atendam às necessidades e aos direitos das crianças, promovendo um ambiente mais seguro, saudável, acessível e inclusivo.

Para garantir o direito à cidade das crianças, o plano diretor deve considerá-las como sujeitos plenos de direitos, assegurando sua participação nas decisões urbanas e integrando seus interesses no planejamento e execução de políticas públicas.

O plano deve incorporar o direito à cidade das crianças como princípio fundamental, garantindo acesso a espaços públicos de qualidade, segurança, mobilidade, educação, saúde e cultura, além de permitir participação ativa nas decisões urbanas. Esse direito envolve a possibilidade de usufruir, modificar e viver na cidade de forma justa e igualitária.

Deve também garantir ruas e espaços públicos projetados para proteger as crianças, com foco em segurança viária, calçadas adequadas, sinalização visível e controles de velocidade. A promoção da mobilidade ativa, como caminhar ou andar de bicicleta, deve ser incentivada, permitindo que as crianças circulem com segurança e independência.

As cidades precisam ser pensadas para que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, possam acessar qualquer espaço urbano de forma segura. Isso exige infraestrutura acessível, como rampas, pisos táteis e transporte público adaptado.

O plano diretor deve prever a criação e manutenção de áreas públicas dedicadas ao lazer e ao brincar, como parques, praças e playgrounds, distribuídos equitativamente pela cidade, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Essas áreas devem proporcionar ambientes saudáveis e estimulantes para todas as crianças.

Além disso, as crianças devem ter acesso a espaços verdes e naturais, essenciais para seu desenvolvimento físico e psicológico. O plano deve incluir a preservação e expansão de áreas verdes, parques urbanos e jardins, favorecendo o contato com a natureza.

O planejamento urbano deve garantir que as escolas sejam localizadas em áreas acessíveis, evitando que as crianças precisem percorrer grandes distâncias ou enfrentar riscos para chegar até elas. Também é importante incentivar o desenvolvimento de escolas ao ar livre ou com acesso a espaços culturais e recreativos próximos.

O plano diretor deve promover o acesso à cultura e arte para as crianças, criando e mantendo centros culturais, bibliotecas, museus e espaços de arte acessíveis e gratuitos. Esses espaços oferecem oportunidades de aprendizado, expressão criativa e inclusão cultural.

Em Vilhena, foi notada a ausência de participação comunitária na criação do plano, o que reforça a importância da participação ativa das crianças nas decisões urbanas. Isso pode ser feito por meio de consultas públicas específicas para a infância, como atividades em escolas ou espaços comunitários, onde as crianças possam expressar suas opiniões sobre o espaço urbano. A escuta das crianças deve ser incorporada nos processos de planejamento e decisão, por meio de conselhos municipais, audiências públicas e outras formas de participação.

Além disso, é essencial garantir a segurança das crianças, promovendo políticas públicas para combater a violência nas ruas e espaços públicos, assim como prevenir o abuso, a exploração sexual e o tráfico de crianças, criando ambientes seguros e protegidos.

O plano diretor também deve ser inclusivo, respeitando as diferenças sociais, culturais e econômicas das crianças, garantindo que todas tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades na cidade, independentemente de sua origem, cor, gênero ou condição socioeconômica.

As crianças têm o direito de crescer em um ambiente saudável e sustentável. O plano diretor deve incorporar práticas de desenvolvimento sustentável, com foco na redução da poluição e na melhoria da qualidade do ar, da água e do solo, garantindo que as crianças possam viver em ambientes limpos. Também é essencial promover a educação ambiental, envolvendo as crianças em projetos educativos que as sensibilizem sobre a importância da preservação ambiental e integrem a natureza no cotidiano urbano.

No âmbito do urbanismo, o plano deve garantir a proximidade e acessibilidade de unidades de saúde, assegurando cuidados médicos e psicossociais adequados. Deve ser garantida a presença de centros de saúde, postos de saúde da família, clínicas e hospitais pediátricos em toda a cidade.

O plano urbanístico deve promover atividades físicas, criando áreas esportivas como quadras e centros de ginástica, além de estimular práticas em áreas públicas para o desenvolvimento saudável das crianças. Ele deve ser flexível e adaptável, com mecanismos de avaliação e acompanhamento contínuo para monitorar e ajustar os espaços urbanos destinados às crianças conforme necessário. Instrumentos autoaplicáveis nos planos diretores são essenciais, pois entram em vigor imediatamente, evitando atrasos causados por regulamentações futuras.

É crucial estabelecer um sistema de monitoramento para avaliar a eficácia das políticas urbanas voltadas para as crianças, garantindo que seus direitos sejam atendidos a longo prazo. Organizações como a Urban95 e a Unicef, por meio do Programa Cidade Amiga das Crianças, oferecem formação e indicadores para apoiar esse processo. Isso é especialmente importante, pois muitas cidades não têm sistemas eficazes para acompanhar as metas do plano diretor, o que dificulta a identificação de problemas e a correção de rumos.

A burocracia excessiva é um desafio significativo no Brasil, atrasando a execução e aprovação de projetos urbanos e a obtenção de recursos, prejudicando a implementação das ações. A falta de um sistema de acompanhamento eficaz também compromete a eficácia dos planos diretores. Além disso, a resistência cultural e social às mudanças, especialmente em cidades de médio porte como Vilhena/RO, pode ser um obstáculo, pois as comunidades locais podem se opor a alterações no uso do solo, densificação urbana e requalificação de áreas.

A análise das políticas públicas de Vilhena/RO revelou um diagnóstico limitado sobre as necessidades urbanísticas e educativas das crianças, destacando a importância de entender como elas são consideradas nos planos urbanos e o impacto dessa abordagem na sustentabilidade e no futuro urbano.

Há a necessidade de implementar ruas de alta qualidade que atendam às crianças e suas famílias, o que exige mudanças estruturais, atualização de planos e engajamento da sociedade local. A implementação de mudanças menores pode ocorrer imediatamente, funcionando como primeiros passos importantes, com foco em projetos principais definidos por consulta pública, incluindo as crianças.

Integrar a natureza nos centros urbanos por meio do design biofílico não significa rejeitar a tecnologia, mas sim aprimorar e coexistir com ela. Melhorias nas ruas, como calçadas adequadas, novas obras de arte e paisagismo, podem melhorar significativamente a experiência urbana das crianças e moradores, destacando-as como prioridade e permitindo que a infância deixe de ser invisível no desenvolvimento urbano.

Esta investigação destacou a importância de projetos urbanos que priorizem as crianças, com uma visão voltada para o futuro e para a melhoria das condições de vida nas cidades para as próximas gerações. A obra de Richard Louv, sobre o "transtorno do déficit de natureza", enfatiza a necessidade de reconectar as crianças com a natureza, não apenas por questões filosóficas ou de direitos, mas porque a saúde mental, física e espiritual das crianças depende de decisões fundamentadas nessa perspectiva. Essa abordagem é atual e exige mais pesquisa, especialmente diante da crescente demanda por soluções que integrem a natureza e o bem-estar infantil nos centros urbanos.

A implementação dos planos diretores nas cidades brasileiras enfrenta desafios estruturais e políticos, e Vilhena/RO não é uma exceção. A escassez de recursos financeiros, falta de vontade política, a coordenação inadequada entre órgãos públicos, a fiscalização ineficiente e a resistência a mudanças dificultam a execução das ações urbanas. Para tornar os planos diretores mais eficazes, é crucial fortalecer a participação social, melhorar a transparência, otimizar a gestão pública e garantir que os direitos dos cidadãos sejam priorizados no processo de transformação das cidades.

Em suma, criar um plano diretor exequível é de fato comparado com a montagem de um grande quebra-cabeças, com peças diferentes, variações e complexidade. Há o entendimento de que o plano diretor que defende o direito à cidade das crianças deve ser um documento abrangente que considere as necessidades e os direitos das crianças em todos os aspectos do planejamento urbano, desde a segurança e mobilidade até a inclusão social e o acesso a espaços de lazer, educação e saúde. Criar cidades amigas das crianças é garantir um futuro mais justo, sustentável e humano para todos.

Um caminho evidenciado nos resultados deste estudo perpassa pela escuta atenta das crianças, pois elas precisam ser vistas para além dos seus direitos constitucionais, mas sobretudo como sujeitos potentes, criativos, reflexivos, históricos, sociais, com capacidade de atuação política. A poesia de Gianni Rodari colabora para legitimar esta concepção de infância:

*"Um dia num campo de ovelhas*

*Vi um homem de verdes orelhas*

*Ele era bem velho, bastante idade tinha*

*Só sua orelha ficara verdinha*

*Sentei-me então a seu lado*

*A fim de ver melhor, com cuidado*

*Senhor, desculpe minha ousadia, mas na sua idade  
de uma orelha tão verde, qual a utilidade?*

*Ele me disse, já sou velho, mas veja que coisa linda*

*De um menino tenho a orelha ainda*

*É uma orelha-criança que me ajuda a compreender*

*O que os grandes não querem mais entender*

*Ouçó a voz de pedras e passarinhos*

*Nuvens passando, cascatas e riachinhos*

*Das conversas de crianças, obscuras ao adulto*

*Compreendendo sem dificuldade o sentido oculto*

*Foi o que o homem de verdes orelhas*

*Me disse no campo de ovelhas."*






## REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, O.S.; MOREIRA, M.C.N. Quando fazer pesquisa com crianças significa negociar com adultos: bastidores de uma pesquisa com crianças de seis anos em escolas. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 24, n.10, set.2019, p.3753-3762. DOI: [https://doi.org/10.1590/1413\\_812320182410.23872017](https://doi.org/10.1590/1413_812320182410.23872017). Acesso em: 9 jun. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 fev. 2024
- BRASIL. Estatuto das Cidades. Lei 10.557, de 10 de julho de 2001. Disponível em: [lei-10257-10-julho-2001-327901-norma-10557-10-julho-2001-327901.pdf](http://leis.planalto.gov.br/leis/10557-10-julho-2001-327901-norma-10557-10-julho-2001-327901.pdf) (camara.leg.br). Acesso em: 03.fev.2024.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.
- CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. 6ª ed. - São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CORSARO, Willian A. Sociologia da infância. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DE BOTTON, Alain. A arquitetura da felicidade. Tradução de Talita M. Rodrigues.- Rio de Janeiro Rocco, 2007.
- Desenhando ruas para crianças. Island Press. Editora SENAC São Paulo, 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/Lysania/Downloads/Portuguese\\_DSFK\\_LowRes%20Guia%20de%20desenho%20de%20ruas%20para%20criancas%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lysania/Downloads/Portuguese_DSFK_LowRes%20Guia%20de%20desenho%20de%20ruas%20para%20criancas%20(1).pdf). Acesso em 20 fev.2024.
- GEHL, Jan, 1936 - Cidades Para Pessoas /Jan Gehl; tradução Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.
- GONZÁLEZ REY, Fernando. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- Guia para a construção de Cidades Amigas das Crianças. Autoria do Comité Português para a UNICEF Logframe – Consultoria e Formação, Lda. Edição, propriedade e reprodução. Lisboa, [cidadesamigas@unicef.pt](mailto:cidadesamigas@unicef.pt), [www.unicef.pt](http://www.unicef.pt), Setembro 2016.
- HALL, Peter. Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planeamento e do projeto urbano no século XX - São Paulo: Perspectiva, 2007.
- HARVEY, David. O direito à cidade. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n.29,p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em [Corpo](http://www.corpo.org.br).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2022d. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- JUNDIAÍ/SP. Plano Diretor lei Municipal n.9.321/2019. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2024/07/lei-9321-2019-consolidacao-junho2024.pdf>, acesso em 13.09.2024.
- JUNDIAÍ/SP. Alteração do Plano Diretor lei Municipal n.9.844/2022 incluindo a Política da Criança na Cidade. Disponível em: [https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2022/12/lei\\_9-844.pdf](https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2022/12/lei_9-844.pdf), acesso em 13.09.2024.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 2011.
- LEAL, Laura. Missão Técnica – Freiburg, Alemanha. Criança e Natureza, 2017. Disponível em <https://criancaenatureza.org.br/pt/missao-tecnica-freiburg-alemanha>, acesso em 15.10.2024.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- REIS, A. T. DA L.; BIAVATTI, C. D.; PEREIRA, M. L.. Estética urbana: uma análise através das ideias de ordem, estímulo visual, valor histórico e familiaridade. *Ambiente Construído*, v. 11, n. 4, p. 185–204, out. 2011.
- ROSE, Jonathan F. P. A cidade em harmonia: o que a ciência moderna, civilizações antigas e a natureza humana nos ensinam sobre o futuro da vida urbana. tradução de Ronald Saraiva de Menezes, revisão técnica de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2019.
- SARMENTO, M. J. Sociologia da infância: correntes, problemáticas e controvérsias. *Cadernos do Noroeste*, Porto, vol. 13. 2000. p. 145-164. DOI: Link: <http://dx.doi.org/10.1016/j.envres.2010.05.007>.
- \_\_\_\_\_. Visibilidade social e Estudo da Infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R. de; SARMENTO, M. J. Infância (In)visível. Araraquara: Junqueira e Marin, 2007.
- URBAN95. Guias para o desenvolvimento de bairros amigáveis à primeira infância (BAPIs) URBAN95. Disponível em [Corpo](http://www.corpo.org.br), acesso em 20.03.2024.
- TONUCCI, Francesco. FRATO: 40 anos com olhos de criança. Porto Alegre: Artmed, 2008. 245p.
- TONUCCI, Francesco. Quando as crianças dizem: agora chega!. Porto Alegre: Artmed, 2005. 243 p.
- UNICEF. Guia para a construção de Cidades Amigas das Crianças. Entidade promotora Comité Português para a UNICEF. Autoria do Comité Português para a UNICEF, Logframe – Consultoria e Formação, Ltda. Edição, propriedade e reprodução. Av. António Augusto Aguiar, 21, 3o Esq.1069-115 Lisboa. [cidadesamigas@unicef.pt](mailto:cidadesamigas@unicef.pt). [www.unicef.pt](http://www.unicef.pt). Setembro 2016.]
- VASCONCELOS, Alana Aragão. Cidade e criança : estudos de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica do brincante infantil / Alana Aragão Vasconcelos. – 2022. 218 f. : il. color.
- VILLAÇA, Flávio José Magalhães. Espaço intra-urbano no Brasil. . São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute. . Acesso em: 25 mar. 2025. , 2001.
- VILLAÇA, Flávio José Magalhães. As ilusões do plano diretor. . São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Disponível em: [http://www.flaviovillaça.arq.br/pdf/ilusao\\_pd.pdf](http://www.flaviovillaça.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf). Acesso em: 25 mar. 2025. , 2005
- VILHENA. LEI Nº 4.287, DE 29 DE MARÇO DE 2016. Plano Diretor Municipal. Vilhena-RO, 2006.
- SITES:
- <https://mendrisio.ch/home/a-proposito-di-mendrisio/strategie-e-progetti/citta-bambine-bambini>, acesso em 24.02.2025.
- <https://www.arup.com/insights/all-insights/>, acesso em 03.10.2024.
- <https://streetmix.net/>, acesso em 10.02.2025.










## Apêndice

As obras descobertas oriundas desta pesquisa merecem atenção e por isso foi organizado este apêndice para facilitar a localização e divulgação de tantos trabalhos importantes que poderão auxiliar os gestores públicos e demais profissionais na tomada de decisões quanto a elaboração do Plano Diretor e Projetos que atendam as crianças nas cidades brasileiras.



Tipo material	Título	Autor	Link	Indicação
Livro impresso	<b>Manuale di progettazione partecipata con i bambini e le bambine</b>	Chiara Belingardi (a cura di), Lorena Morachimo (a cura di), Antonella Prisco (a cura di)	<a href="https://www.amazon.it/Manuale-progettazione-partecipata-bambini-bambine/dp/889933837X">https://www.amazon.it/Manuale-progettazione-partecipata-bambini-bambine/dp/889933837X</a> , acesso em 09.01.2025	O planejamento participativo com meninas e meninos é uma das propostas do projeto internacional “A Cidade das Meninas e dos Meninos”, do qual participam inúmeras cidades ao redor do mundo. O manual é uma verdadeira ferramenta de trabalho destinada a administradores, operadores, designers, educadores,. bem como professores e famílias. O objetivo é propor orientações sobre como envolver meninos e meninas num processo de participação com um propósito específico, seja a concepção de um espaço ou uma campanha de sensibilização. Dentro do manual você encontrará os motivos, as diretrizes, uma proposta metodológica e diversos exemplos de projetos realizados em todo o mundo.
Guia Digital	<b>DOTS NOS PLANOS DIRETORES</b> Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável no planejamento urbano		<a href="https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/DOTS_nos_Planos_Diretores_abr18.pdf">https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/DOTS_nos_Planos_Diretores_abr18.pdf</a>	 <p>Os princípios e ações apresentados neste guia podem ajudar as cidades a produzir uma nova geração de Planos Diretores: inovadores, ousados e que darão origem a projetos urbanos integrados, com alto potencial de transformação e melhora na qualidade de vida.</p>
Livro digital	<b>Como Investir na Primeira Infância: Um Guia para a Discussão de Políticas e a Preparação de Projetos de Desenvolvimento da Primeira Infância</b>	Sophie Naudeau Naoko Kataoka Alexandria Valerio Michelle J. Neuman Leslie Kennedy Elder	<a href="https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/a5c87074-4955-521f-9039-24bfec2673c/content">https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/a5c87074-4955-521f-9039-24bfec2673c/content</a>	 <p>Referência: Como investir na primeira infância: um guia para a discussão de políticas e a preparação de projetos de desenvolvimento da primeira infância. / Sophie Naudeau, Naoko Kataoka, Alexandria Valerio. Michelle J. Neuman, Leslie Kennedy Elder. Tradução: Paola Morsello. Washington, DC : The World Bank, 2010; São Paulo: Singular, 2011. 306 p.</p>

Tipo material	Título	Autor	Link	Indicação
Livro digital	<b><u>Priorizando a primeira infância nas cidades brasileiras</u></b>	<b>Fundação Maria Cecília Souto Vidigal</b>	<a href="https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/priorizando-a-primeira-infancia-nas-cidades-brasileiras/">https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/priorizando-a-primeira-infancia-nas-cidades-brasileiras/</a>	 <p>A publicação traz 10 diretrizes prioritárias para garantir os direitos de crianças pequenas, famílias e seus cuidadores nas cidades durante as eleições municipais. Essas diretrizes ajudarão os candidatos a incluir essa temática em suas campanhas, planos de governo e investimentos futuros, qualificando o debate público. Sistematizadas em 3 eixos (Programas e Serviços, Governança e Sustentabilidade e Espaços Públicos e Natureza), as diretrizes convidam a transformar a vida das crianças na primeira infância e, conseqüentemente, de toda a sociedade, contribuindo para cidades mais justas, inclusivas, resilientes e verdes.</p>
Livro Digital	<b>Guias para o desenvolvimento de bairros amigáveis à primeira infância (BAPIs)</b>		<a href="https://iab.org.br/">https://iab.org.br/</a>	 <p>As quatro publicações constituem o conjunto de Guias para o Desenvolvimento de Bairros Amigáveis à Primeira Infância (BAPIs). Desenvolvidos em parceria com o <u>Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)</u>, oferecem ferramentas e conhecimentos baseados na realidade brasileira para que gestores urbanos e projetistas possam incluir a perspectiva da primeira infância e de seus cuidadores no planejamento, no desenho urbano e na gestão dos bairros.</p>
Livro Digital	<b>Parques naturalizados: paisagens para um brincar natural</b>		<a href="https://criancaenatureza.org.br/pt/">https://criancaenatureza.org.br/pt/</a>	 <p>Criada pelo programa <u>Criança e Natureza</u>, do Instituto Alana, a publicação defende a construção de parques naturalizados para aproximar crianças em contexto urbano da natureza. No livro, gestores e equipes técnicas encontram sugestões de como criar projetos e políticas públicas que contemplem parques e pátios naturalizados, além de dicas de como escolher os locais, fazer a manutenção e chamar a comunidade para se apropriar desses espaços verdes.</p>
Livro Digital	<b>Guia Desenhando ruas para crianças</b>		<a href="https://globaldesigningcities.org/publication/designing-streets-for-kids-pt/">https://globaldesigningcities.org/publication/designing-streets-for-kids-pt/</a>	 <p>Desenhando ruas para crianças captura as melhores práticas, estratégias, programas e políticas internacionais que cidades ao redor do mundo utilizaram para desenhar espaços que possibilitam às crianças de todas as idades e habilidade a utilizar o bem mais abundante das cidades – as ruas. O guia inclui recomendações de desenho e estudos de caso que destacam ruas que são seguras, agradáveis e inspiradoras para crianças e cuidadores.</p>
Livro Digital	<b>GUIA PASSO A PASSO   Plano de Bairro Amigável à Primeira Infância - P.BAPI</b>		<a href="https://urban95.org.br/publicacoes/guia-passo-a-passo-para-implementar-bairros-amigaveis-a-primeira-infancia/">https://urban95.org.br/publicacoes/guia-passo-a-passo-para-implementar-bairros-amigaveis-a-primeira-infancia/</a>	 <p>Este Guia Passo a Passo para a elaboração de um Plano de Bairro Amigável à Primeira Infância foi desenvolvido por meio de uma parceria entre o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a iniciativa Urban95, da Fundação van Leer. O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 nos lembra da responsabilidade de todos, família, Estado e sociedade, em garantir direitos às crianças e adolescentes como prioridade absoluta.</p>

Tipo material	Título	Autor	Link	Indicação
Livro Digital	Cadernos de Boas Práticas Urban95		<a href="https://urban95.org.br/biblioteca/">https://urban95.org.br/biblioteca/</a>	 <p>A Rede Urban95 apresenta os Cadernos de Boas Práticas, uma série de 3 volumes que reúne exemplos de intervenções físicas, programas, serviços e políticas públicas para a primeira infância nas cidades brasileiras que fazem parte da Rede. São dezenas de práticas inspiradoras para mobilizar gestores públicos de todo o Brasil a pensar suas cidades sob a perspectiva de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores.</p> <p><u>Volume 1 – Espaços públicos e natureza</u>  <u>Volume 2 – Programas e serviços</u>  <u>Volume 3 – Governança e sustentabilidade</u></p>
Livro Digital	Soluções comunitárias baseadas na natureza – Adaptação de territórios vulneráveis às mudanças climáticas		<a href="https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2025/02/solucoes-comunitarias-baseadas-na-natureza-1.pdf">https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2025/02/solucoes-comunitarias-baseadas-na-natureza-1.pdf</a>	 <p>Esta cartilha apresenta informações básicas e exemplos de Soluções baseadas na natureza que podem ser aplicadas por comunidade e inspirar intervenções locais.</p>
Guia Digital	Estudos Istambul95 IDEIAS PARA PARQUINHOS PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS		<a href="https://urban95.org.br/pdfs/playground_guidebook.pdf">https://urban95.org.br/pdfs/playground_guidebook.pdf</a>	 <p>Como parte do Istambul95, esta publicação é dedicada a parquinhos, praças e parques e levanta questões pertinentes às necessidades de crianças de 0 a 3 anos e de seus cuidadores. Ao buscar respostas, em vez de chegar a conclusões definitivas, fornece princípios e sugestões que, esperamos, inspirem administradores públicos, legisladores, projetistas e cidadãos a explorar ideias novas e criativas.</p>
Guia Digital	GUIA PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS		<a href="https://www.unicef.pt/media/3546/cac-guia-tecnico-2022.pdf">https://www.unicef.pt/media/3546/cac-guia-tecnico-2022.pdf</a>	 <p>O presente Guia Técnico surge no seguimento do documento “Construir Cidades Amigas das Crianças – Quadro para a Ação Local”, como um instrumento de apoio à elaboração de Planos de Ação Locais. O Guia apresenta os fundamentos, requisitos e critérios para o reconhecimento, bem como linhas orientadoras, procedimentos e modelos para cada fase do processo de construção de Cidades Amigas das Crianças, nomeadamente para a definição de planos estratégicos e operacionais. E inclui também exemplos de iniciativas e programas desenvolvidos noutros países.</p>
Livro Digital	CIDADE QUE BRINCA	Nayana Brettas	<a href="https://urban95.org.br/publicacoes/cidade-que-brinca/">https://urban95.org.br/publicacoes/cidade-que-brinca/</a>	 <p>O projeto Criança Fala, realizado entre 2015 e 2017 no bairro do Glicério, em São Paulo (SP), foi uma experiência de construção da cidade a partir da perspectiva diversa e única das crianças. Neste livro, escrito pela socióloga Nayana Brettas e com prefácio de Francesco Tonucci, são compartilhadas metodologias e aprendizados sobre o projeto, e como é possível construir uma cidade mais amigável para crianças a partir de seus próprios olhares.</p>

